

paquetá

revista das artes

SOMOS DESTA TERRA

por **Itamar Vieira Junior**

POR TERRA E TERRITÓRIO

por **Mestre Joelson**

A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER

por **Flávia Oliveira**

O QUE É A IDENTIDADE BRASILEIRA?

por **Muniz Sodré**

BORA INVENTAR O TAL BRASILEIRO

por **Bianca Santana**

A INVENÇÃO DO BRASIL

por **Geni Núñez**

E MAIS

Amara Moira – Cristiane Sobral – floresta – Gilmara Cunha

Helena Theodoro – Heyk Pimenta – Leandra Caleidoscópica

Lívia Natália – Marcelo Campos – Marina Vergueiro

Monique Malcher – Priscila Obaci – Tiganá Santana – Valeska Torres



ACESSE A VERSÃO
DIGITAL AQUI



paquetá

revista das artes

INSTITUCIONAL

Ao longo de 2024, em pelo menos dois momentos criamos espaços de diálogo sobre o Brasil a partir do programa Cultura, do Sesc RJ.

No primeiro deles, durante o *Fórum de Ideias* do **Festival Sesc de Inverno**, artistas, críticos e pensadores importantes do nosso tempo se debruçaram sobre o tema “E acaso existirão os brasileiros?”, retirado do poema “Hino Nacional”, de Carlos Drummond de Andrade. Já no projeto Palavra Líquida, meses depois, “Terra e Território” foi o dispositivo para conferências, debates, seminários e apresentações artísticas.

O que liga esses dois temas é o fato de trazerem para os trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, e por extensão à população do Rio de Janeiro como um todo, a possibilidade de reflexão sobre questões importantes que atravessam o país, da sua construção imaginada, em 1500, aos dias atuais. Em comum, as duas iniciativas procuraram criar espaços de pensamento sobre identidade, gênero, raça, pertencimento e geografias, tanto físicas quanto afetivas, do que compreendemos como Brasil.

Trazer um pouco dessas conversas para o segundo número da **Paquetá – revista das artes** é uma maneira de torná-las perenes, com o desejo de que, no dia a dia, sejam enxergadas como formas de habitar-mos de uma maneira mais digna os lugares que amamos – sejam eles a rua de casa, sejam eles um país.

Com ensaios de Itamar Vieira Junior, Muniz Sodré, Geni Núñez, Mestre Joelson Ferreira, Bianca Santana, Flávia Oliveira, Amara Moira, Helena Theodoro, Tiganá Santana, além de uma seleção de textos literários de artistas incríveis que transitaram, ao longo dos últimos anos, pelas programações do Sesc RJ, a revista ainda conta com um texto-depoimento do curador e crítico de arte Marcelo Campos, em homenagem ao escultor Efraim Almeida, que nos deixou em setembro de 2024, a quem também dedicamos esta edição.

Boa leitura!

ANTONIO FLORENCIO DE QUEIROZ JUNIOR

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
do Estado do Rio de Janeiro | FECOMÉRCIO RJ



EDITORIAL: TERRITÓRIO DA PALAVRA

Nesta segunda edição da revista Paquetá, temos a honra de explorar um tema profundo e urgente: o “território da palavra”. Ao longo da história, a relação entre terra, cultura e identidade tem se revelado complexa e multifacetada. A colonização, com seu legado de opressão, não apenas invadiu territórios físicos, mas também tentou silenciar vozes e despojar culturas de suas raízes. No entanto, mesmo diante de tanta adversidade, a palavra se ergue como um ato de resistência, um meio poderoso de reivindicar a identidade e reescrever narrativas.

A literatura e as artes têm sido um dos campos em que a luta por reconhecimento e dignidade se manifesta de forma vibrante. Em nossas páginas, celebramos escritores e artistas que, com suas obras, expõem as feridas da escravidão, do racismo e da desigualdade social, ao mesmo tempo que oferecem vislumbres de esperança e possibilidades de transformação. Esses criadores nos mostram que, apesar das cicatrizes deixadas por séculos de opressão, a criatividade e a expressão cultural são ferramentas indispensáveis para a resistência.

É fundamental reconhecer que as palavras têm o poder de moldar realidades. Cada verso, cada pintura e cada ato performático é uma afirmação de pertencimento e um convite à reflexão. Nossos textos nesta edição trazem à tona histórias de luta e superação, destacando como a arte pode ser um espaço de cura e revitalização das identidades que foram historicamente marginalizadas. É por meio da palavra que podemos, coletivamente, dismantelar estruturas opressoras e reimaginar nosso território cultural.

O tema “território da palavra” também nos convida a pensar sobre a construção de novas narrativas. Ao darmos voz aos que historicamente foram silenciados, estamos não apenas homenageando suas experiências, mas também criando um futuro mais inclusivo e justo. A palavra é uma ferramenta de empoderamento que nos permite desafiar normas e preconceitos, transformando espaços de opressão em territórios de esperança.

Convidamos nossos leitores a mergulhar nas páginas desta edição com um espírito de curiosidade e solidariedade. Que cada palavra lida inspire uma ação, uma reflexão, ou mesmo uma conversa que reverbere além das páginas da Paquetá. Juntos, podemos celebrar a força da palavra e seu papel central na luta por um mundo mais equitativo, no qual todos os corpos e vozes tenham o seu lugar.

SUMÁRIO

6

A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER

Por Flávia Oliveira

10

VENTRE DE AÇO

Por Cristiane Sobral

12

POR TERRA E TERRITÓRIO

Por Mestre Joelson

18

ENTREVISTA - MESTRE JOELSON

Por Luiza Miguez e Moisés Nascimento

28

FALANDO DE RAMOS

Por Helena Theodoro

32

EM FACE DOS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Por Livia Natália

36

SOMOS DESTA TERRA

Por Itamar Vieira Junior

46

A INVENÇÃO DO BRASIL

Por Geni Núñez

52

O QUE É A IDENTIDADE BRASILEIRA?

Por Muniz Sodré

58

199D-10

Por floresta

62

PLURAIS SOLIDÁRIOS EM UM ADJETIVO PÁTRIO: BORA INVENTAR O TAL BRASILEIRO

Por Bianca Santana

66

EFRAIN EM PLENO VOO

Por Marcelo Campos

72

**A QUEM INTERESSA SER
BRASILEIRO?**

Por Tiganá Santana

76

DRÁCULA

Por Valeska Torres

78

**TERRITÓRIOS DISSIDENTES:
ENTRE A CIDADE E A FAVELA**

Por Gilmara Cunha

84

**MANIFESTO POR
UM BRASIL TRANSVIADO**

Por Amara Moira

88

VIVA O CORPO DIVERSO!

Por Leandra Caleidoscópica

92

**POESIA É PRAÇA: FOFOCA,
ARTESANATO, ESPORTE E
QUIROMANCIA**

Por Heyk Pimenta

100

CARQUEJA AMARGA

Poesia de Monique Malcher

102

**MÃES PRETAS SÃO
COMO PÁSSAROS...
PLANTA E NINGUÉM VÊ...**

Por Priscila Obaci

106

**RIO DE JANEIRO:
TERRITÓRIO DE COMPLEXIDADES**

Por Fabiana Vilar

110

AGENDA PULSAR

119

EXPEDIENTE



“A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER”

FLÁVIA OLIVEIRA



Quem assina é Flávia Oliveira, mas você pode chamar de Conceição Oliveira ou Flávia Evaristo. Este texto deriva de uma conferência inspirada na minha amiga, mestra, referência. Escritora premiada e reconhecida depois dos 70 anos de idade, professora, formuladora do conceito filosófico-literário de Escrevivência, Conceição Evaristo encerraria o Fórum de Ideias, no **Festival de Inverno 2024 no Quitandinha**, território impregnado de ancestralidade afro-brasileira em Petrópolis, a cidade imperial. Uma impossibilidade dela me fez assumir o papel, ao lado da jornalista, escritora e amiga cada vez mais próxima Bianca Santana.

O título da conferência – e deste artigo – remete a um conto publicado em “Olhos d’água”, livro que rendeu à escritora, em 2015, um Prêmio Jabuti, o mais importante da literatura brasileira. “Eles combinaram de nos matar. A gente combinamos de não morrer” são frases de Conceição Evaristo tornadas provérbio. O “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa” define provérbio como “frase curta, geralmente de origem popular, frequentemente com ritmo e rima, rica em imagens, que sintetiza um conceito a respeito da realidade ou uma regra social ou moral”. As onze palavras do par de frases contêm o sentido da luta pela vida de uma gente marcada para morrer pela brutalidade tanto física quanto simbólica.

O Fórum de Ideias é um espaço dentro do Festival Sesc de Inverno voltado para reflexão, debate e conversa sobre os rumos da arte, cultura e educação. Em 2024, o verso “Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?”, última linha do poema Hino Nacional, de Carlos Drummond de Andrade, foi o dispositivo para as conversas, que aconteceram nos dias 20 e 21 de julho, no Centro Cultural Sesc Quitandinha, em Petrópolis.

Mesmo sem ter lido “Olhos d’água” ou desconhecendo a vasta obra literária de Conceição Evaristo, é difícil uma pessoa no Brasil não ter se deparado com a sentença que, com força, resume a resiliência das vidas pretas que ela retrata. Não raro, a frase é adaptada à norma culta, que a enfraquece, em vez de fortalecer. “A gente combinamos de não morrer” difere em origem, percepção de risco e urgência de “Nós combinamos de não morrer”. Não é preciso traduzir nem desenhar.

O provérbio “evaristiano” inspirou a ideia algo subversiva de conceituar como tecnologia de permanência o que se entende como atos de mera sobrevivência no cotidiano de favelas, quilombos, periferias, aldeias, terreiros, Brasil afora. Um hiato linguístico – e existencial – separa os que desejam sobreviver dos que teimam em permanecer. Aqui, o que se pretende é contrapor a precariedade à prosperidade, a fome à fartura, o imprevisto à tecnologia, a gambiarra à inovação, o remendo à estratégia, o curandeirismo à medicina ancestral. É refletir sobre quem empunhou o chicote e quem levou as chibatadas; quem impôs trabalho forçado e quem labutou; quem é algoz, quem vítima; quem enriqueceu, quem sobreviveu.

“Nós combinamos de não morrer” é diálogo sobre potência em favor dos que nas costas carregam séculos de estereótipos de abatimento, fraqueza, inércia. Há urgência em apontar, reconhecer, valorizar, exaltar os métodos de perpetuação que territórios populares forjaram, a partir de redes de convivência e solidariedade, arranjos econômicos sofisticados, incubadoras de políticas sociais, produção artística original.

O francês Jean-Baptiste Debret, autor de gravuras e relatos, apresentado como o primeiro repórter do Brasil, é referência contumaz na iconografia do cotidiano colonial. Recorro à sua obra, sistematicamente, não para confirmar o registrado, mas para, sob outra lente, enxergar o omitido, desconsiderado, desprezado. O Palácio Quitandinha, que a pesquisadora Renata Aquino da Silva identificou como território de história e memória afro-brasileira, convida a evocar o “Angu da quitandeira”, de 1826.

Nei Lopes, no “Novo dicionário banto do Brasil”, ensina que quitanda é “loja ou tabuleiro em que se vendem hortaliças, legumes, ovos, etc.”. Vem da palavra “kitanda”, que, em quimbundo, língua de origem angolana, significa feira, mercado. A gravura de Debret traz duas mulheres negras e um assistente preparando e servindo, a homens enfileirados, porções de angu, tiradas de imensos caldeirões postos em via pública. Na descrição, o artista enumera ingredientes e apresenta o modo de preparo; informa localização do ponto de venda, horário do serviço e perfil da clientela; menciona a indumentária das mulheres.

O relato do francês esvazia de potência, inequivocamente, a capacidade empresarial de mulheres negras, seis décadas antes da Abolição da Escravatura, em 1888. Uma observação decolonial permite perceber no “Angu da quitandeira” o processo de idealização, implantação e operação de um empreendimento gastronômico feminino, afrocentrado e, tudo indica, rentável. Não se tratava somente de duas negras forras preparando e vendendo pratos de comida. Eram mulheres livres em sociedade num negócio de varejo de alimentos prontos. Dominavam todas as etapas: da escolha, quantidade e compra dos ingredientes à elaboração da iguaria; da logística ao horário de funcionamento e à contratação de mão de obra de apoio.

Um olhar que valoriza o protagonismo negro na formação do Brasil, na construção da riqueza nacional, é passaporte para a construção da equidade, visto de entrada para a superação do precário. O país deve muito, quase tudo, às tecnologias de permanência postas em prática por mulheres e homens, história afora, à semente lançada das quitandeiras de Debret. Vale para os descendentes dos africanos sequestrados e escravizados; vale para etnias indígenas que resistiram ao genocídio e ainda lutam por território e identidade.

Tudo na história dos povos originários e das comunidades tradicionais se relaciona, menos a estar vivo por mais um dia, mais a seguir existindo com tradições, cultura, hábitos, religiosidade recebidos dos ancestrais e legado aos herdeiros. Sem posições de poder, infiltraram-se por frestas do sistema, por brechas de organização da sociedade, e frustraram projetos de dominação e extermínio plenos. Apartados dos gabinetes, solapados em direitos fundamentais, um mundo de brasileiros sensibilizou formuladores de leis e políticas públicas a instituírem garantias, mínimas que fossem, de proteção.

Caetano Veloso, em “Milagres do povo”, versou que “Quem descobriu o Brasil / Foi o negro que viu a crueldade bem de frente / E ainda produziu milagres de fé no extremo ocidente”. Da brutalidade do invasor-sequestrador brotaram planos, táticas, estratégias potentes e inovadoras e ousadas e requintadas de permanência. É uma vivência, ainda hoje, esvaziada de sentido para aprisionar na escassez quem merece a fartura.

“A gente combinamos de não morrer”, homenagem à Conceição Evaristo, é mais que arranjo para estar vivo. É aliança para existir, hoje e sempre, com toda a inteligência que negras e negros brasileiros temos, guardamos, aplicamos.

Foto: Rafaela Cassiano



Flávia Oliveira é jornalista. É comentarista na GloboNews, colunista no jornal O Globo e na rádio CBN. É podcaster no Angu de Grilo. Integra o conselho deliberativo da Anistia Internacional Brasil e os conselhos consultivos das organizações Uma Gota no Oceano, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), Observatório de Favelas, Instituto Sou da Paz, Instituto Ibirapitanga, Perifa Connection, Fundação Tide Setubal e Museu do Amanhã. É membro do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro no grupo temático Igualdade e Equidade.



VENTRE DE AÇO

CRISTIANE SOBRAL





Oxum que me desse
Um ventre de aço
Placenta invencível
Pra vencer o cansaço
Missão impossível
Manter meus filhos distantes do genocídio preto
Extinta a palavra epistemicídio o gueto
do mundo.

Foto: Thais Mallon



Cristiane Sobral é carioca e vive em Brasília. É mãe, atriz, professora, escritora, dramaturga e palestrante. Mestre em teatro (UnB). Tem doze livros publicados, em vários gêneros e textos em publicações internacionais. Multiartista e *performer*, percorreu, como palestrante e oficina, Angola, Colômbia, Portugal, Guiné-Bissau, Equador, África do Sul e os Estados Unidos, onde fez *tour* por 9 universidades, inclusive Harvard. Em 2022, foi finalista do Prêmio Jabuti de literatura. Em 2023, representou o Brasil na Feira do Livro de Maputo, Moçambique. Seu espetáculo de teatro mais recente é *Esperando Zumbi*. Dirigiu a Cia de Arte Negra Cabeça Feita por 18 anos. Seu livro mais recente é *Caixa Preta*, contos, Ed. Me Pariô, SP. Em 2023, também conquistou o prêmio Sesc + Cultura. Seus livros, *Não vou mais lavar os pratos* e *Terra Negra*, Ed. Malê, estão na lista obrigatória do vestibular da UESB (BA), UFU (MG) e na lista do PAS – UnB. Desenvolve pesquisas no âmbito de estudos interdisciplinares das relações entre literatura, teatro, feminismo negro, educação étnico-racial, religiosidades de matrizes africanas, estudos de gênero e decolonialidade.

POR TERRA / E TERRITÓRIO

MESTRE JOELSON

No Brasil, desde 1500, houve uma perda cultural incalculável: além de roubar as terras, usurparam muitas riquezas culturais. A catequiza-ção/doutrinação também foi um dos fatores dessas perdas, muitas das manifestações culturais continuam se perdendo. As primeiras guer-ras culturais começaram quando os brancos escravocratas pisaram nestas terras, chamadas de Pindorama. A destruição de várias nações indígenas, que viviam há mais de 12 mil anos nestas terras, foi um crime brutal irreparável. Com essa destruição, muitas nações levaram consigo um modo de vida, uma diversidade cultural imensa.

A segunda perda foi a partir de 1930, quando o país se rendeu à in-dustrialização. Com a aceleração do desenvolvimentismo e o fortale-cimento do patronato, muitas famílias de comunidades tradicionais viram mais uma vez as alterações do modo de vida e a destruição. A propaganda da modernização e do consumo desenfreado separou a humanidade do convívio com a natureza. Esses povos cultivavam em seus territórios uma cultura milenar, passada de geração a geração, e esse afastamento da terra e do território, isto é, a privação de seu ha-bitat natural, intensificou a perda cultural e ancestral.

O modo produtivista com a modernização da agricultura, a chamada “Revolução Verde”, a partir dos anos 1970, produziu outra destruição incalculável, tanto da cultura quanto da biodiversidade. A perda da diversidade dos alimentos – que fazem parte do modo de vida e da cultura dos povos há milhares de anos – foi muito grande. A domes-ticação da mandioca e o trato das sementes nativas crioulas, na sua variedade de espécies, tornaram-se ameaçados diante da destruição natural e cultural.

A pecuária extensiva, com seu modelo monocultural, levou à destruição de vários territórios, com diversos saberes e fazeres culturais, elevando ainda mais o êxodo rural no Brasil. Isso se deu pela elevada migração para os grandes centros urbanos/periféricos. Certo é que essas culturas também migraram, mas a discriminação e o combate sistêmico às populações rurais levaram ao apagamento de uma rica e poderosa cultura que existia no Brasil, antes e durante a colônia. O extermínio de diversas nações dos povos nativos e, sequencialmente, a destruição dos povos que vieram da diáspora africana também foram perdas culturais incalculáveis. Sabemos que houve e ainda há muitas lutas e resistência para manter vivos os conhecimentos culturais e para impedir o apagamento da memória ancestral.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, se quisermos recuperar parte do que foi destruído, é necessário retomar o debate e exigir uma reparação aos povos originários e aos povos da diáspora africana, devolvendo a eles sua terra, seus territórios e tudo o que foi roubado ao longo desse tempo pelos colonizadores e que, atualmente, continua a ser saqueado pelo capitalismo selvagem e neoliberal.

É urgente fazer um trabalho nos grandes centros urbanos, principalmente nas periferias, nos morros e nas favelas, para reencontrar as culturas que migraram para esses lugares. Dito isso, sabemos que não vamos recuperar todo o patrimônio que foi aniquilado, mas se houver um esforço com esses povos, será possível rememorar sua história e seus conhecimentos ancestrais para retomar um processo gigante no Brasil.

Nessa direção, desde 2012 temos construído uma unidade entre os povos para o fortalecimento dos territórios que estão na resistência, mantendo vivos os saberes de seus antepassados, por meio de uma articulação chamada “Teia dos Povos”.

A Teia dos Povos é uma aliança estratégica entre comunidades indígenas, quilombolas, sem-terra, pequenos/as agricultores/as e instituições que lutam para uma sociedade justa. A Teia surge dos debates contínuos e articulações de povos e comunidades, a partir da I Jornada de Agroecologia da Bahia, em 2012, com o papel de traçar a agenda de ações anuais que auxiliam no desenvolvimento, empoderamento e emancipação dos Núcleos de Base e Elos integradores (Santos, 2024).

A Teia tem preservado os saberes milenares da cosmovisão indígena e africana e construído coletivamente as soberanias pedagógicas, que têm sido um referencial no debate, em conjunto com vários territórios e nas diversas experiências já existentes.

A realização das Jornadas de Agroecologia da Bahia, as Pré-Jornadas, os mutirões e os intercâmbios, as formações e o Encontro de Mulheres da Teia, os debates sobre as culturas populares, intensificados em conjunto com as experiências de mestras e mestres de saberes – considerados griôs das comunidades –, tudo isso aponta para a perspectiva de dialogar com a sociedade, avançar no debate para visibilizar as culturas e os modos de vida dos povos de diversos territórios nos diferentes biomas.

Os modos de vida desses povos, intrinsecamente ligados ao sagrado e à natureza, cuidando das tradições culturais, das memórias ancestrais e dos biomas em que vivem, são modos de conhecer, aprender, compreender e agir no mundo, o que a Teia dos Povos tem denominado de Pedagogia do arco e flecha e do maracá, Pedagogia do terreiro e do tambor, Pedagogia das águas e das marés e Pedagogia da floresta. Essas diferentes pedagogias, territorializadas, têm possibilitado a auto-organização, tanto das comunidades indígenas quanto daquelas de tradição africana e de tradições populares e comunitárias.

Importa aqui destacar que a Teia dos Povos, desde sua gênese, vem evidenciando a simbologia do lugar dos espaços pedagógicos, denominando-o como “Terreiro Lúdico”. A palavra “terreiro” é relativa a “solo”, área de terra batida ou calçada, espaço de terra largo e plano, praça de uma povoação. Para os povos africanos e originários, o terreiro é um espaço de trocas, memórias, construções, encontros, festas, danças, prosas, brincadeiras, arte e música.

Pelos sons encantados dos atabaques, conheci a natureza inventando brincadeiras com frutas do quintal e terra, conheci a mata, conheci algumas folhas; conheci o rio de água salgada, conheci a terra pisada, apilada, compactada, onde não circulava carro, moto, ou qualquer outro veículo de motor, conheci a precariedade da vida difícil [...] Conheci a brincadeira simples, a felicidade das crianças sem muito recursos [...] Eu ouvi rezas que curavam, ouvi pragas que pegavam [...] Muitas bocas me contaram e me formaram – essa formação que a escola não ensina. Essa formação que mexe com seu imaginário e transforma para todo o sempre. (Ferreira, 2021, p.33-34)¹.

O Terreiro Lúdico é uma gira de saberes, que propõe outras práticas educativas e possibilita a interação lúdica de crianças, de jovens e de adultos, que podem experimentar espaços de formação em que os sujeitos se sintam, realmente, participantes. Compreende processos educativos que estimulam e provocam ações e discussões com/sobre a diversidade cultural e social, bem como suas influências nas práticas educativas, fazendo emergir as potencialidades desses saberes e fazeres para o enfrentamento de problemáticas socioculturais/ambientais.

¹ FERREIRA, Tássio. Pedagogia da Circularidade: ensinagens de Terreiro. Rio de Janeiro: Telha, 2021.



Figura 1: Cortejo do Bumba meu Boi pelo Assentamento Terra Vista com as crianças durante o curso da Universidade dos Povos. **Foto:** Alass Derivas.



Figura 2: Terreiro Lúdico – espaço construído durante o Encontro de Mulheres da Teia dos Povos. **Foto:** Alass Derivas.

Nesse contexto, as culturas populares criadas e vividas por mulheres, homens e crianças nos territórios evidenciam essa abordagem pedagógica, histórica e ancestral, conforme podemos ver nos processos produtivos, políticos e sociais em diferentes espaços. O modo de vida de cada povo está intrinsecamente conectado a essa conjuntura. A terra e o território têm um importante significado, pois geram vidas, brotam, cultivam, preservam e mantêm a biodiversidade natural e cultural. Essas ações têm se multiplicado, todos esses saberes estão intrinsecamente ligados à natureza, às águas, ao calendário lunar, à espiritualidade ancestral.

Sob esse olhar, a Teia dos Povos tem refletido, pensado e construído, conjuntamente com os diferentes povos, ações aparentemente simples por quem não conhece os desafios que atravessam as comunidades rurais e urbanas. Desafios esses que perduram em função dos processos sistêmicos impostos ao nosso povo, entre eles a alienação, a propagação enganosa e a apropriação cultural. Estamos sempre atentos às armadilhas do capital e do agronegócio e enfrentamos desafios históricos para manter vivos os nossos saberes. Nesse mesmo tempo, a tomada de consciência e a organização em movimentos sociais possibilitam romper processos de dominação historicamente urdidos pela hegemonia dominante.

Foto: Solange Brito Santos



Mestre Joelson Ferreira de Oliveira é doutor por notório saber em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. Mestre dos conhecimentos tradicionais, da agroecologia e das políticas da terra, com um amplo conhecimento teórico e prático sobre os processos de transição agroecológica em assentamentos rurais e guardião das sementes crioulas. Tem um histórico de participação em movimentos sociais e políticos, integrante da direção nacional e regional do MST entre 1987 e 2006. Um dos fundadores e uma das principais lideranças da Teia dos Povos. Líder do Assentamento Terra Vista, hoje uma referência na transição agroecológica, cabruca e produção de chocolate. Idealizador e criador de um núcleo de atividades, pesquisas e experiências educacionais que atrai professores, estudantes e pesquisadores nacionais e internacionais para formação na Escola do Cacau e Chocolate. Já foi delegado de diversas conferências nacionais e internacionais sobre meio ambiente, hoje atua no Instituto Cabruca, no qual foi sócio-fundador. Autor de diversas publicações sobre agroecologia, educação popular, luta pela terra e território, como “Por Terra e Território: caminhos da Revolução dos Povos no Brasil” (2021), em coautoria com Erahsto Felício, já na sua terceira edição, pela editora Teia dos Povos. Pela editora NPGAU (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG), publicou o livro “As Lutas Existem pela Nossa Terra” (2022).

Por Luiza Miguez e Moisés Nascimento

ENTRE VISTA

MESTRE JOELSON

Foto: Cláudia Dantas

Em setembro de 2024, o Sesc RJ recebeu o **Mestre Joelson Ferreira** em duas atividades do Palavra Líquida. Seu livro *“Por Terra e Território: caminhos da revolução dos povos no Brasil”* foi a base do tema daquela edição. Além da mesa de abertura no Sesc Ramos, ao lado de Mona Lima, escritora e educadora, neta afetiva de Nêgo Bispo, Mestre Joelson também ministrou uma aula no Núcleo de Expressões Artísticas do projeto.

Aproveitamos a sua estadia no Rio de Janeiro para realizar a entrevista a seguir, feita por **Luiza Miguez** (jornalista e editora-chefe da Paquetá) e **Moisés Nascimento** (analista de literatura do Sesc RJ e coordenador editorial da Paquetá). Aqui, a intenção foi criar linhas de continuidade para esse diálogo tão importante para as diferentes geografias que compõem o Brasil.

É como afirma Mestre Joelson: “terra e território” é o princípio. Tornar essa conversa cada vez mais próxima e horizontal é uma das formas de pensarmos mundos possíveis.

LUIZA: Considerando que muita gente que vai ter acesso à revista ainda não conhece o senhor, eu pensei que a gente pudesse começar justamente falando sobre o seu trabalho.

JOELSON: Meu nome é Joelson, moro no Assentamento Terra Vista há 32 anos. E sou um sobrevivente das lutas e de três passagens que eu gosto de falar. Primeiro, de São Paulo, foram os movimentos populares, a luta contra o desemprego, a luta nas fábricas, o processo todo aí. A outra passagem minha em que eu aprendi muito, que sou muito grato por isso, foi no MST. No MST, eu pude vingar minhas duas avós, retomando as terras que elas perderam para os coronéis do cacau. Isso foi na Bahia toda. Eu fui da direção nacional, fui da coordenação nacional, fui de todas as instâncias do MST. Hoje, eu moro num assentamento do MST e trabalho com a construção da Teia dos Povos há 12 anos. Então, são três trajetórias pra mim importantes, que me ajudam a fortalecer esse processo: o movimento operário, o movimento contra o desemprego e a Teia dos Povos, que já está em quase todo o Brasil, tem 12 anos só. E uma boa discussão que estamos fazendo é que a gente entende que nenhum movimento social consegue resolver o problema da luta que nós temos aí. O movimento negro, o movimento indígena, ninguém sozinho será capaz de derrotar o que está posto aí há 524 anos. É

preciso construir uma aliança de povos. Para construir uma aliança dessas, é preciso uma grande confluência que possa permitir que a gente unifique os povos, não dentro das coisas mínimas, mas das coisas máximas, ou seja, da grandiosidade dos nossos povos. Essa aliança é índia, negra e popular, é uma aliança dos povos que estão defendendo a luta pela terra e pelo território, e dos povos da cidade, que estão numa luta grandiosa também por defesa do território. Que é também até em nível internacional uma aliança com outros povos, inclusive com os povos palestinos, que estão lutando por terra e território.

LUIZA: E quais caminhos o senhor vê para formar essas alianças?

JOELSON: Essa aliança, como nós temos um tempo muito grande de 524 anos de opressão, de destruição desses territórios, nós entendemos que é um trabalho muito longo, com muita paciência e com muita capacidade de entender todos esses processos para construir essa aliança. Não é um trabalho fácil, é um trabalho longo, pra gente avançar nessa perspectiva.

LUIZA: Eu achei interessante que o senhor deu uma linha do tempo dividida em três momentos, né? Tempo do movimento operário, MST e Teia dos Povos, né? E aí pensando no nosso tema, terra, direito à terra, como que foi para o senhor essa jornada, essa trajetória da sua relação com a terra? Acho que começa com a sua vivência com a própria terra, e depois como é que isso foi se modificando ao longo desses processos?

JOELSON: Para mim, ela tem uma ligação muito grande, porque eu sou fruto de uma família que sempre lutou pela terra. Meu pai tinha uma capacidade de entender que sem terra não há possibilidade de liberdade. Ele era um negro, foi contratista lá no sul da Bahia, plantador de cacau. E todos eles, a família toda, lutaram por terra. Então, eu tenho essa referência de um grande agricultor, um grande trabalhador, uma pessoa que sempre entendeu e viu a terra como referência, como princípio para a liberdade. Então, eu sou fruto disso, essa é a primeira questão. Depois, veio a perda da terra, quando meus dois irmãos morreram. Isso ficou como uma chaga na família, meu pai teve que ser contratista por 12 anos.

MOISÉS: Eu não sei o que é contratista.

JOELSON: É um contrato feito pelos coronéis do cacau, pra você plantar cacau. Quando o cacau começa a ficar produtivo, que é com quatro anos, você tem que vender o contrato. Ou seja, se você comprou no armazém de um fazendeiro, ele vai abater aquela dívida toda e dar uma quantia pequena para fechar o contrato. E você parte para a mata de novo para abrir outro contrato.

MOISÉS: Não chega a ser um meeiro, né?

JOELSON: Não, não é um meeiro. Depois de quatro anos, você ou morre ou vende o contrato a troco de nada. Então, você nunca tem nada porque você está sempre devendo para a fazenda. Era sempre uma relação muito de poder e violência. O coronel tinha todo o controle mesmo da vida da pessoa, das terras e da vida das famílias.

LUIZA: Tem uma coisa que eu acho que faz sentido: quando seu pai fala de liberdade, que a terra é liberdade. Eu acho que esse momento que você está contando ilustra um pouco isso, a terra nesse lugar da sua liberdade física mesmo. Mas também tem a coisa do desemprego, que foi logo depois, né?

**O MOVIMENTO NEGRO,
O MOVIMENTO INDÍGENA,
NINGUÉM SOZINHO SERÁ
CAPAZ DE DERROTAR O QUE
ESTÁ POSTO AÍ HÁ 524 ANOS.
É PRECISO CONSTRUIR UMA
ALIANÇA DE POVOS.**



JOELSON: A região lá do sul da Bahia tem um sistema chamado de cabruca. Isso foi um sistema construído pelos povos originários, da diáspora tupi. Eles faziam roça dentro da mata, quando a mata era muito fechada, eram os caras de cuidado com a terra e de uma capacidade enorme científica de fazer as transformações que eram necessárias. Esses povos tinham uma ciência para cuidar da terra, eles iam buscar lá no México, no Peru, nesses países andinos. Nesse sentido, eles criaram uma cultura muito grande de trabalhar com a terra. E a cabruca é um sistema construído pelos povos indígenas e pelos povos negros da diáspora africana, aqueles que fugiram do cativeiro e se juntaram aos indígenas.

MOISÉS: A cabruca faz parte de uma filosofia, digamos assim, um jeito de pensar a terra, uma ciência milenar e que de alguma maneira ainda existe hoje, né? É uma cultura construída a longo tempo.

JOELSON: Todas essas questões são um processo cultural muito grande que tem 12 mil anos. Não é uma cultura que foi construída da noite para o dia. É uma cultura que a gente chama ancestral. E, ao mesmo tempo, muito do futuro, porque a gente está falando de preservação ambiental, a gente está falando de coisas que são muito importantes e urgentes atualmente. Sem os povos originários, dificilmente nós vamos retomar o princípio da construção de uma retomada agroecológica, biológica ou nessa questão da construção de sistemas, sistemas agroflorestais, sistema cabruca, que é um sistema grandioso que tem lá na Bahia, tem 300 anos, apropriado pelos donos da terra. Mas isso foi toda uma construção dos povos originários, do povo negro e dos povos que fugiram da seca.

MOISÉS: Uma das bases da Teia dos Povos é falar sobre soberania alimentar, soberania hídrica e soberania sobre a terra. Queria que você falasse um pouquinho mais sobre isso para nós. Essas três soberanias aí, que eu acho que, para puxar um pouco para o nosso lado aqui, eu acho que a gente poderia pensar também em como existe uma emancipação através da cultura.



Foto: Cláudia Dantas

JOELSON: Os povos originários comiam 300 alimentos. Hoje, se a gente for olhar nessa questão, nós não passamos de 20 alimentos. Nós hoje comemos milho, arroz, carnes, frango, peixe e gado. Hoje, tem mais gado no Brasil do que gente. É uma contradição terrível. Quando a gente fala dessa importância da soberania, nós hoje somos muito falhos nessa questão de ir para o princípio. Nós não gostamos do princípio. Nós gostamos da aparência. Por isso, nós não vamos nunca a fundo nas questões brasileiras, porque nós não vamos a fundo na questão do princípio. Qual é o nosso princípio? O princípio nosso é a terra e o

árvore que eles começavam a invasão. Depois, veio o processo de destruição desses povos que cuidavam disso tudo. Estupro, violência, morte. Veio a tomada de fato da terra desses povos. Esses povos começaram a fugir desses locais onde eles chegavam. E eles pilhavam tudo isso. E continua até hoje. Hoje, por exem-

plo, a gente na cidade ocupa uma área. Quando a área está pronta, não tem mais problema, tem água, tem energia, tem tudo ali, nós somos expulsos para outro lugar mais longe. Mas o Brasil tem uma coisa importante. O país continental é um país que tem muita terra e pouca gente. O problema é que o povo está todo concentrado nas grandes capitais. Mas



SE NÓS NÃO ENTENDEREMOS QUE A TERRA, APESAR DE TODA ESSA DESTRUIÇÃO, AINDA É UM ENTE, É UMA MÃE, CUIDADORA, E QUE NÓS PRECISAMOS VOLTAR PARA ELA, A GENTE NÃO TEM FUTURO AQUI NA CIDADE.

território. E essa contradição não foi resolvida até agora. Quando os portugueses chegam em 1515, começam a tomar a terra e o território, transformar a terra, a natureza, em bens. Começaram a tirar o cedro-rosa, depois veio a pilhagem do pau brasil e depois veio a pilhagem do jacarandá. Era sempre através de uma

isso foi uma estratégia de dominação também. Porque dominar uma pessoa autônoma é difícil. Quem tem terra, quem tem território, é autônomo, pode ser autônomo. É difícil controlar. A estratégia das cidades é uma das estratégias. A estratégia de trazer os europeus para embranquecer é outra estratégia. A estratégia de dominação pelas drogas é também uma estratégia do capital. Essa divisão das pessoas não se entenderem entre si também é uma estratégia de dominação. Nós estamos dominados com grandes estratégias construídas pelo nosso opressor.

LUIZA: Essa coisa da terra como cultura, que acho que o Moisés estava trazendo, há um tempo atrás eu estava lendo as discussões em 1850, na época da formulação da Lei de Terras. E aí tem esses sujeitos que hoje em dia são nome de rua no bairro do Flamengo, aqui no Rio de Janeiro, tipo o senador Vergueiro, o Pinheiro Machado. E os discursos que eles faziam para justificar a Lei de Terras eram sempre do ponto de vista de que a gente não pode deixar as terras sem dono porque a gente não pode deixar na mão de pessoas ditas "atrasadas". É sempre de uma perspectiva cultural também.

JOELSON: Tudo tem uma construção, um discurso para legitimar a tomada da terra. A primeira coisa para legitimar a tomada da terra dos povos originários foi dizer que eles eram desumanos, eles não eram humanos, não eram gente. Depois, eles criaram as guerras justas, inclusive a igreja católica tem um papel muito importante nisso. Criaram as guerras justas para destruir os povos originários e um dos povos mais atacados foram os tupi. E continua até hoje. Quando você chega numa quebrada que a polícia quer invadir, eles colocam um apelido e colocam todo tipo de preconceito para justificar a invasão deles. E sempre a invasão é provar que nós não somos gente. Sempre a invasão, sempre a justificativa é na questão do preconceito e da desigualdade. Agora, a justificativa é a questão das drogas. Você pega, por exemplo, o povo negro americano, foi tudo encarcerado com a questão das drogas. E quem eram os traficantes? A CIA e o

FBI, que levavam as drogas para esses locais para o pessoal usar e depois vinham encarcerar com a justificativa de que era um bando de animais, gente sem humanidade. Eles apagam a cultura e depois a tomam e transformam em folclore, porque eles gostam muito de chamar nossa cultura de folclore. Nós somos tão impactados e tão destruídos que nós passamos a culpar nós mesmos como o problema da sociedade de hoje. E o Brasil precisa entender que isso aqui vai ruir.

LUIZA: Vai ruir?

JOELSON: Não, já ruíu. Você pega os rios que tem aqui dentro, passam aqui dentro, está tudo apodrecido. Você pega agora a questão climática. Nós vamos ter problema aqui com calor, nós vamos ter problema sério com água, nós vamos ter problema sério com energia. Está perto de desmoronar. Eu repito: o Brasil é um país muito grande, tem muita terra e tem pouca gente na terra. Está desequilibrado porque veio muita gente para a cidade. Ficou todo mundo encarcerado e o campo está livre para ser explorado. Inclusive, até dentro da esquerda, já tem esse discurso. Nós somos inimigos do desenvolvimento. A gente tem de entender que, se a gente quiser equilibrar a cidade, 50% das pessoas precisam caminhar para outros lugares. E tem outros lugares bonitos, inclusive aqui no Rio de Janeiro, tem tanta terra boa, tem tantos lugares bons. E isso poderia, para as pessoas que vão ficar aqui, dar um alívio grandioso.

LUIZA: O senhor mencionou 524 anos de falta de acesso ao direito à terra. O que você acha que ainda hoje são as dificuldades que impedem a gente de garantir um direito à terra? Talvez até do ponto de vista de como a esquerda se organiza também, como a esquerda tem que evoluir com relação a isso.

JOELSON: A questão da terra também parte da questão da alienação dos povos. Essa destruição de 1500 até hoje trouxe duas coisas terríveis: um processo de alienação profunda e de acomodação. Se nós continuarmos nessa vida de servidão, de não questionar as coisas, nessa alienação através dessas máquinas, o nosso tempo aqui está esgotado. Nossa situação é cada vez pior. Eu vejo muita gente se reunindo para fazer mobilização contra a mortalidade que acontece nas favelas, pelo aparelho do Estado, e não compreende o que é o Estado. O Estado é essa máquina para fazer isso, o Estado brasileiro é um Estado escravocrata, é um Estado burguês, a serviço de um grupo muito pequeno. Se nós não entendermos isso, fica difícil a gente compreender essa necessidade de encontrar o nosso princípio. Se nós não entendermos que a terra, apesar de toda essa destruição, ainda é um ente, é uma mãe, cuidadora, e que nós precisamos voltar para ela, a gente não tem futuro aqui na cidade. O primeiro marco foi 1850. O segundo marco foi 1930, com a industrialização do Brasil e essa desconstrução do povo da terra. Eles fizeram uma campanha terrível: usaram o Monteiro Lobato, usaram todo tipo de tecnologia, de ciência, para explicar a destruição dos povos do campo.

MOISÉS: Queria que você falasse um pouco para nós: por que escrever? Por que colocar em livro?

JOELSON: Tem um aspecto contemporâneo. A escrita é uma coisa importantíssima, porque as palavras se perdem muitas vezes ao vento. A oralidade é muito importante. O papel dos griôs é muito importante. Mas o livro fica pra posteridade. Então, é uma escrita que vai passando o tempo, vai sendo melhorada, vai sendo trabalhada. Ela fica aí, por mais que passe. E essa questão da terra é um tema que a gente precisava recolocar na sociedade. Porque ela perdeu espaço em tudo quanto foi lugar. Ela perdeu espaço na sociedade acadêmica, ela perdeu espaço e quase acabou dentro das esquerdas. E ela só tem espaço (quem sabe é importante?) nas elites. Nós precisaríamos recompor uma discussão, e eu não esperava que um livro de uma simplicidade dessa pudesse estar dando a repercussão que está dando. Porque tem muitos debates importantes que nós precisamos fazer, atuais, ancestrais, espirituais, que nós precisamos fazer, porque o nosso pessoal está com uma deficiência muito grande. Nós esquecemos dessas coisas da ancestralidade, das coisas espirituais, e nosso povo está sofrendo muito, adoecendo muito. Encara a vida como um desprezo mesmo, a vida, né? Não entende que o tempo, a vida é sagrada. Quando a gente vai para essa questão da espiritualidade, as pessoas acham que espiritualidade é sentar, ficar lamentando a vida. Mas

eu acho que nós vamos buscar espiritualidade nos ritualizando, falando muito da vida e do tempo, e usar nosso tempo para fazer algo extraordinário. Entender que a ancestralidade é uma coisa simples. Todos nós somos seres ancestrais. Agora, nós temos que fazer uma busca. Quem somos

nós? Quem sou eu e de onde veio o mundo? É simples. Essas coisas nós precisamos entender. Não sei como. No livro, já vi que não dá muito, porque pouca gente lê. E nas redes sociais tem muita coisa, muita gente falando. Muita mentira. E a mentira está mais fácil. Uma verdade vale mil mentiras. O mundo está muito fragilizado, muito frágil. As pessoas estão frágeis. E nós estamos com o tempo esgotado do mundo. A humanidade, eu estou sentindo que ela está esgotando o seu tempo aqui. Nós, aqui no Brasil, não temos coragem de romper com as amarras do sistema inicial, que é o colonialismo. E também não estamos tendo capacidade nem de fazer uma crítica ao capitalismo. E eu acredito que vai ter que ter um encontro dos territórios da terra com o pessoal da quebrada. Uma aliança boa. E como é que se respeita esses mundos? Eu acho que esse é o princípio maior. As pessoas estão muito desesperadas porque o mundo vai acabar. O mundo não vai acabar. Quem vai acabar somos nós, que continuamos nessa ignorância de querer ser massa de manobra do capital. Esse aceleração das pessoas para ir para o trabalho, a partir do

EU VEJO MUITA GENTE SE REUNINDO PARA FAZER MOBILIZAÇÃO CONTRA A MORTALIDADE QUE ACONTECE NAS FAVELAS, PELO APARELHO DO ESTADO, E NÃO COMPREENDE O QUE É O ESTADO.



momento que você tem a terra e o território, e que você começa a trabalhar a soberania alimentar, você vai ressignificar o trabalho para outra perspectiva, para o tempo seu e as suas necessidades. Você não precisa correr mais do que as suas necessidades. O trabalho foi inventado pela necessidade humana, não foi para a acumulação. Os povos originários nunca trabalharam a acumulação. É um pequeno grupo burguês que inventou essa questão da acumulação. E aí nos colocam para trabalhar feito malucos e depois, no final do mês, nós estamos com um sem nada, dando um no outro, tomando veneno para justificar a vida. Quantas horas de trabalho são necessárias para atender às nossas necessidades humanas, sem precisar acumular? Não tem segredo. Essa vida maluca que nós estamos vivendo, nós também somos culpados, nós estamos escolhendo viver essa vida. A gente precisa encarar esse mundo da simplicidade, esse mundo real, para a gente fazer a transformação que nós acreditamos. E eu acredito muito que esse mundo está dentro das periferias dos grandes centros urbanos. A quebrada tem um poder grandioso de construir. Você chega nesses bairros periféricos e tem uma economia vibrante ali dentro.

FALANDO DE RAMOS

HELENA THEODORO

Viver uma experiência em Ramos, na quadra do GRES Imperatriz Leopoldinense, **num evento promovido pelo Sesc Ramos**, nos permitiu pensar em limites culturais e território. Nesse nosso encontro com a equipe do Sesc, o carnavalesco Leandro Vieira e os representantes da comunidade, tive oportunidade de falar das escolas de samba e dos inúmeros papéis que desempenham, além de trazer uma nova significação a esta palavra. Sempre se relacionou a ideia de subúrbio como dormitório, como um espaço que se alimenta do centro das cidades. O Rio de Janeiro tem uma história diferente! O subúrbio é promotor de cultura!

O evento "Percursos Formativos", uma ação do Núcleo de Expressão Artística do Palavra Líquida, promoveu aulas-passeios em parceria com o Turismo Social do Sesc RJ, pautadas na geografia física e afetiva da cidade. O passeio no território de Ramos culminou na quadra da escola de samba Imperatriz Leopoldinense, com o intuito de potencializar a forma como habitamos os muitos territórios que compõem o Rio de Janeiro.

Leandro Vieira lida com essas ideias, tendo uma visão crítica de arte totalmente brasileira em nosso carnaval. Oriundo dos bairros da Penha, Irajá e Jardim América, subúrbios do Rio de Janeiro, faz emergir em sua obra as lembranças de sua infância, com imensa fidelidade a seus territórios de origem, pois continua morando na Vila da Penha. Para ele, territorialidade é entender como a característica de cada lugar rege o comportamento, os hábitos e a cultura de quem nele vive. O subúrbio traz em suas memórias ancestrais as características dos diversos indivíduos que o habitam.

Quando pensamos nas escolas de samba, ou blocos, verificamos como o povo negro engendrou meios e modos de manter suas identidades e tradições culturais. Falar da arte desenvolvida no carnaval é mergulhar num Brasil pouco aceito pela elite e sempre visto com muito preconceito pelas universidades do país.

Ao falar do GRES Imperatriz Leopoldinense, espaço onde Leandro iniciou seus trabalhos, trazemos o território de Ramos, que ficou marcado em nossa cidade por suas cores, sambas de enredo e personalidade de seus carnavalescos. Grandes nomes do carnaval do Rio marcaram a Imperatriz, como Max Lopes, Rosa Magalhães, Viriato Ferreira e, agora, Leandro Vieira.

Sua primeira experiência como carnavalesco campeão na Imperatriz Leopoldinense, na época no segundo grupo do carnaval, foi em 2020, tendo levado a escola a conseguir nota 10 em todos os quesitos. Seu trabalho reeditou o enredo de 1981, que homenageou o compositor Lamartine Babo, com o samba *Só dá Lalá*, mostrando a força da música de Lamartine junto ao povo carioca.

Em 2023, retorna para a Imperatriz Leopoldinense com um desfile reconhecido e aclamado por público e crítica. Leandro ganha o campeonato, levando a escola ao pódio do Grupo Especial após 22 anos de lacuna. Com o enredo *O aperreio do cabra que o excomungado tratou com má-querença e o santíssimo não deu guarida*, falou de Lampião, trazendo mais uma vez suas vivências nordestinas e suburbanas, que o fizeram acreditar na força dos componentes, já que declarou que a Imperatriz ganhou porque a comunidade acreditou nela. Leandro Vieira demonstra mais uma vez seu compromisso com a brasilidade, com as pessoas que o cercam, vendo o carnaval das escolas de samba não como uma obra sua, fruto de seu olhar individual, mas como um espetáculo de pessoas e alegorias em atuação coletiva, de contribuição coletiva, das combinações de cores à funcionalidade das fantasias.

Em 2024, continuou ligado à riqueza da diversidade brasileira, com *O testamento da cigana Esmeralda*, se firmando na Imperatriz como um carnavalesco que dá grande atenção à paleta das fantasias, por sua experiência na arte da pintura, sem falar na sua integração com a comunidade. Ao emplacar o vice-campeonato, nesse desfile enfatizou a grande importância dos profissionais com quem ele trabalha, pontuando que as escolas de samba são espaços de difusão cultural, desenvolvimento artístico e econômico, além de lugar de integração comunitária, gerando um bem viver e uma boa ética.

Neste projeto, se constatou a importância dos subúrbios cariocas, que trazem o patrimônio simbólico da memória cultural dos países africanos, que aqui se afirmam como território político-mítico-religioso, em que transmitem e preservam suas culturas, além dos povos originários, aqui representados pelo Bloco Cacique de Ramos, onde se recriam e lutam para preservar seus territórios e suas tradições milenares.



Foto: Jana Guinond

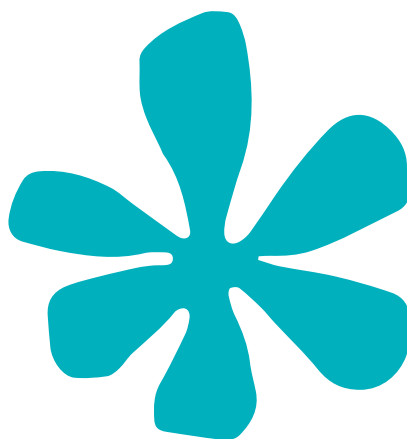
Helena Theodoro é escritora, filósofa, recebeu Medalha Tiradentes (2024) e Medalha Chiquinha Gonzaga (2024), professora visitante do IFCS/UFRJ e presidente do conselho deliberativo do Fundo Elas. Autora da trilogia: “As Matriarcas”, com as peças: “Mãe de Santo”, “Mãe Baiana” e “Mãe Preta”. É autora do livro “Mito e Espiritualidade: Mulheres Negras” (1996), “Os Ibejis e o Carnaval” (2009), “Iansã: rainha dos ventos e das tempestades” (2010) e “Martinho da Vila: reflexos no espelho” (2018).



EM FACE DOS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

LÍVIA NATÁLIA





Eu sei que não podemos nos calar,
mas há um tom a mais no ar
que nos abafa o respiro.
Me encomendaram poemas sobre o que se passa,
e caminho pelas ruas açodadas
a me perguntar quando tudo isso...
passa?

Os ombros do poeta sustentam o mundo.
Mas quanto do mundo sobrar para amparar
os ombros fartos da poeta?

Não há palavras que se possa limpar e usar
para dizer do descompasso do tempo:
Um tiro cravou-se fundo no peito –
no tempo em que um disparo bastava –
e lá estávamos Chico Mendes, jazidos.
Índio Galdino, incendiados.
Candelária, entre a noite densa e a bainha da madrugada, destecidos.
Estávamos no Ônibus 174, no camburão justiceiro, asfixiados.

Hoje, uma bala no peito mal nos abre uma humilde vala.
Nosso algoz nos alveja 111, 80,
Nos atinge Vila Moisés, Cabula, Carandiru
e caímos,
Marcha sobre nós com seus pés de comer cintilâncias e não sobra uma estrela que diga
ainda haver poesia nestes impossíveis dias.





(Disseram que chega um tempo em que não se diz mais: “meu Deus!”
Chegou o tempo em que podemos perguntar: há Deus?)

Nosso algoz nos tocaia em Marielles mil,
e miliciam a esperança que trazíamos no peito,
ele nos executa numa esquina
entre o medo
e a flama que carregávamos viva de desejo.

Há, no entanto, a força do sim.
E, como sempre,
sobrevivem, estilhaçadas,
sementes que prometem alguma primavera.

Foto: Timoty



Livia Natália é baiana de Salvador, Iyalorixá da Matriz Ketu, poeta e professora associada de Teoria da Literatura na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde desenvolve pesquisas sobre Literaturas Negras. É autora dos livros *Água Negra* (Prêmio Banco Capital de Poesia/Caramurê/2010), *Correntezas e Outros Estudos Marinhos* (Ogums Toques Negros/2015), *Água Negra e Outras Águas* (Caramurê/2016), *Dia Bonito pra Chover* (Prêmio APCA de Melhor Livro de Poesia do ano de 2017/ Ed. Malê) e *Sobejos do Mar* (Ed. Caramurê/2017). Em 2018, publicou o seu primeiro livro infantil, *As Férias Fantásticas de Lili* (Ciclo Contínuo). Em Face dos Últimos Acontecimentos, seu mais novo livro, foi lançado em 2022. Em 2024, após ter sido adotado para o vestibular da Universidade do Estado da Bahia, *Dia Bonito pra Chover* receberá uma nova edição revisada (Ed. Segundo Selo).



SOMOS DESTA TERRA

ITAMAR VIEIRA JUNIOR

Quando comecei a trabalhar no serviço público há quase duas décadas, o fiz movido pela necessidade de ter um emprego. Havia me preparado durante anos para ser professor, mas quis o destino que fosse trabalhar no Incra¹ com trabalhadores rurais no interior do Maranhão. Viajei carregando incertezas sobre o que me aguardava. Deixava família e amigos na Bahia, em contrapartida desbravava um mundo novo de permanente conhecimento para um jovem que viveu nos limites da periferia de Salvador.

Nos primeiros anos, andando por campos afora, encontrei indígenas da etnia Guajajara na região de Barra do Corda e quilombolas em Jamary dos Pretos, Turiaçu, norte do estado. Essas experiências me deram a exata dimensão das minhas origens e das histórias que escutava em casa. Era a reprodução do contexto da vida de meu pai até os 15 anos de idade, criado por seus avós agricultores sem-terra, trabalhadores de propriedades alheias.

Durante anos, encontrei homens, mulheres e crianças abrigados sob lonas pretas, sem nenhum conforto, à espera da reforma agrária. Naquela paisagem hostil, muitas vezes sob a ameaça dos “donos da terra”, compartilhavam entre si tudo o que tinham. Aos poucos, adentrei um Brasil que habitava meu imaginário tanto pelas memórias narradas pela família quanto pelas obras que me fizeram querer ser escritor: *Vidas Secas*, *O Quinze*, *Menino de Engenho*, *Terras do Sem-Fim*, *Morte e Vida Severina*. Livros escritos e publicados há 60, 70, 80 anos e que, com uma ingenuidade própria dos jovens, considerava estarem em definitivo no passado. Mas fui tomado por um sentimento de perplexidade ao encontrar as estruturas de nossas desigualdades tal e qual se apresentavam nessas obras, que poderiam estar datadas. “Rugosidades do espaço”, escreveria Milton Santos, carregando a violência do tempo e da história.

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Muitas vezes, me deslumbrei com a exuberância da paisagem e me perturbei com a descoberta de pessoas fortes – que eram na mesma medida vulneráveis – forjando o dom da vida nas veredas que lhes restavam. Sofri de muitas maneiras e desejei fazer mais. Muitas vezes me senti um grão de areia incapaz de transformar o que precisava ser transformado. Sofri por cada um que conheci. Lamentei por mim, por ter escolhido sofrer pelos outros, quando talvez fosse mais fácil seguir em frente fingindo que nada daquilo me dizia respeito.

Quando fiquei preso entre caminhões carregados de madeira em uma estrada na Reserva Gurupi, que ainda hoje continua a ser devastada, tive medo de desaparecer. Tive medo quando agricultores, que gozavam de certo poder e contrários à legislação ambiental, me ameaçaram com o ultimato para deixar suas terras. Tive medo quando um fazendeiro descobriu meu telefone e ligou fazendo ameaças veladas caso não deixasse um processo que envolvia sua propriedade. Ou ainda quando precisei notificar um proprietário que, sem contestar, concordou em sair da área que ocupava, mas que não o faria só, e “levaria” muitos com eles.

Este breve relato narra uma fração da minha experiência pessoal neste grande campo em disputa no Brasil e no mundo: o território. O direito ao território parece ser o direito mais elementar de qualquer ser vivo. Humanos e não humanos não prescindem de um lugar para estar no mundo, viver e estabelecer relações com seu entorno. Mesmo nós, que habitamos a cidade, e às vezes mudamos de residência com frequência, precisamos do chão onde pisamos e do mundo à nossa volta para transitar e estabelecer laços de pertencimento. Não temos asas para pairar na atmosfera e, mesmo que tivéssemos, ainda precisaríamos do solo para nos alimentar e estabelecer morada.

Não por acaso, a disputa por território é fonte de inesgotáveis conflitos. Basta recordar a Questão Palestina, os conflitos na Caxemira e a guerra da Chechênia. Rohingya e curdos realizaram grandes deslocamentos nos últimos anos por não terem reconhecido o direito ao território. Os conflitos fundiários no Brasil, parte da história do país, se acirraram sobremaneira nos últimos anos: ribeirinhos, quilombolas, indígenas, os sem-terra e os sem-teto são as vítimas mais recorrentes.

Vocês conhecem a história do último Tanaru? Imagine o último sobrevivente de sua família, da vizinhança, de seu povo, fadado a viver o resto dos seus dias entre a memória de uma vida e o horror do presente, tentando preservar a própria integridade em meio à destruição. Parece uma narrativa de ficção distópica, mas esse é um resumo das últimas décadas de vida do indígena Tanaru, mais conhecido como “índio do buraco”. Último homem de uma etnia desconhecida, o indígena foi encontrado morto no final de agosto de 2022 no território onde viveu em Corumbiara, sul de Rondônia. Adornado com penas de araras, parecia ter se preparado para a morte de acordo com suas crenças. Com ele, desaparece uma língua, uma história, a cultura inteira de uma sociedade que, provavelmente, jamais vamos conhecer.

O indígena Tanaru foi localizado por uma missão da Funai em 1996, depois de reiterados massacres perpetrados por fazendeiros contra sua comunidade. Único sobrevivente de seis remanescentes de sua etnia, ele recusou contato com não indígenas, permanecendo isolado até o dia de sua morte. Isso não impediu que os indigenistas Altair Algayer e Marcelo dos Santos o monitorassem, prestando assistência com sementes, instrumentos de trabalho e promovendo uma verdadeira cruzada para restringir o uso do seu território e assim garantir a sua sobrevivência.

O documentário *O território*, coprodução Brasil, EUA, Reino Unido e Dinamarca, narra o acirramento dos conflitos em territórios indígenas no Brasil nos últimos anos. O filme de Alex Pritz mostra a invasão regular da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau entre os anos de 2018 e 2020 e a resistência dos locais e de ambientalistas para preservar a floresta. A Terra Indígena está localizada no coração de Rondônia, mesmo estado onde viveu o indígena Tanaru, conhecido arco do desmatamento subsidiado pelas novas fronteiras agrícolas. A belíssima montagem unindo gravações de profissionais, imagens primárias realizadas pelos próprios indígenas e outras de satélites dão a dimensão da batalha travada nos últimos anos pelos Uru-Eu-Wau-Wau.

A etnia foi contatada pela Funai em 1981 e, de lá para cá, as comunidades que compõem a TI viveram epidemias, invasões por madeireiros, garimpeiros, grileiros e posseiros, além do desmatamento crescente. O resultado é a acentuada supressão da floresta do entorno, a redução da população local e a pressão cada vez maior sobre a área dos indígenas, uma ilha de preservação em meio à devastação. No documentário, acompanhamos diferentes personagens dessa trama de vida e morte: os jovens Ari e Bitaté Uru-Eu-Wau-Wau, a ambientalista Neidinha Bandeira, além de grileiros e posseiros que expõem suas razões para o avanço sobre a floresta.

O filme relaciona a ascensão do governo Bolsonaro com o aumento do assédio sofrido pelos indígenas e mostra o famoso discurso de ódio proferido no Clube da Hebraica Rio pelo Presidente da República – e que foi ovacionado pelos presentes –, quando comparou quilombolas a gado e reiterou sua promessa de não titular nenhum centímetro de terra para quilombolas e indígenas. A eleição de Bolsonaro fomentou a crescente omissão da Funai e abriu frentes de inúmeras ofensivas contra a Terra Indígena.

O território põe em primeiro plano a luta pela Amazônia ao centrar em narrativas sobre a vida de Bitaté e Neidinha. Bitaté tem pouco mais de 18 anos e é escolhido pelos caciques da aldeia para ser presidente da associação que os representa. Acompanhamos seu senso de altruísmo e de coletivo, fruto de sua experiência social, sua responsabilidade ao assumir os desafios impostos ao seu povo. Da mesma maneira, a ambientalista Neidinha Bandeira tem como missão trabalhar pela proteção dos povos indígenas e da floresta. Condenada a viver parte do tempo como prisioneira em sua própria casa, com muros cada vez mais altos, cercas e câmeras de vigilância pelas recorrentes ameaças à sua vida, Neidinha reitera não temer por sua vida, já que enquanto a floresta for devastada todos estarão em risco. Mas o medo aflora quando as ameaças se estendem às filhas. Não são poucos os momentos que nos dão a medida do trabalho arriscado da ambientalista.

O território nos faz refletir sobre o tamanho do desafio que o país tem para proteger os povos indígenas, quilombolas, inúmeras comunidades tradicionais, mas não só, nos ajuda também a pensar e a refletir sobre todos aqueles que precisam de um território.

Nêgo Bispo, nosso saudoso griô brasileiro, nos diz que houve um tempo em que não dizíamos “aquela terra é minha”, mas, sim, “nós somos daquela terra”. Meu encontro com seu pensamento foi uma “confluência”. Eu, que passei anos percorrendo os campos do Maranhão e da Bahia, escutando e aprendendo com ribeirinhos, quilombolas, acampados, indígenas, geraizeiros, redescobri em seus registros os saberes que iluminaram minha forma de observar e entender o mundo.

Nascido no Vale do Rio Berlengas, no povoado Papagaio, Piauí, Bispo concluiu o ensino fundamental com o apoio dos mais velhos de sua comunidade, os que não puderam se alfabetizar devido ao abandono do Estado brasileiro. Sua escolarização tinha um objetivo prático: diante das investidas dos grileiros e do Estado, que apresentavam títulos de terra nos espaços onde as comunidades tradicionais viviam livres, era necessário que alguém fosse capaz de ler os documentos e se contrapor à violência da desterritorialização.

Mas Bispo foi além. Unindo sua experiência no movimento sindical e a sabedoria de sua gente, propôs uma leitura de mundo que nos ajuda a compreender as engrenagens que continuam a subalternizar parcela expressiva da sociedade, como a colonialidade, mecanismo que há séculos inaugurou uma maneira predatória de habitar a Terra, violentando a natureza, incluindo os humanos, e que criou a perversa instituição do racismo, transformando os semelhantes em outros, para pôr fim, explorar o trabalho e produzir riquezas destinadas a uma pequena classe de privilegiados. Mas Bispo também nos indica o caminho da reação. É necessário ter uma postura contracolonial, e um exemplo prático é a própria experiência do quilombo, um espaço para fora do mundo colonial, no qual o compartilhar substitui o dinheiro, e o respeito à natureza pode nos levar a uma forma de viver menos predatória. É a esperança que nosso mundo em chamas precisa neste momento.

Não me causa perplexidade a hierarquização de saberes derivada de um projeto de ciência e de pensamentos coloniais. É muito comum em certo meio – entre acadêmicos e intelectuais da classe média urbana – pessoas que não passaram por educação superior, lavradores, quilombolas e indígenas serem consideradas incapazes de produzir intelectualidade. “A terra dá, a terra quer”, de Antônio Bispo dos Santos, ou apenas Nêgo Bispo, como é conhecido, é a prova de que há uma produção importante de saberes dos que sempre estiveram à margem.

Em “A terra dá, a terra quer”, Nêgo Bispo disserta sobre a origem de sua intelectualidade. As referências aos próprios antepassados são abundantes, mas o que aparentemente é simples se torna importante fonte de conhecimento. A partir da cosmovisão de mundo de sua comunidade, Bispo nos dá um importante testemunho das engrenagens que continuam a subalternizar o outro. Entenda-se como engrenagens a colonialidade que permanece entre nós, mesmo quando não existe uma dominação entre Estados-Nação nos seus moldes clássicos. Adestrando o gado nas terras de sua comunidade, ele relaciona a atividade aos métodos de dominação do colonialismo: “Tanto adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhes novos modos de vida e colocando-lhes outros nomes”. Dessa forma, apaga-se a memória para constituir uma nova que atenda à lógica de dominação. O território é mais que a terra materializada, é um espaço coletivo que envolve identidade, história e cosmologias próprias.

Conhecendo a lógica de dominação por empiria, Nêgo Bispo passa a contrariar as “palavras coloniais” com uma “guerra de denominações” com o objetivo de enfraquecê-las. Daí surge um novo léxico para subverter a colonialidade pela língua. Se a herança colonial mantém entre nós a palavra “desenvolvimento”, e a palavra é usada para expropriar os subalternos continuamente em nome de um objetivo maior, então é preciso revelar que “desenvolvimento” desconecta pessoas, territórios e saberes. Não interessa a Bispo o “desenvolvimento”, e sim o “envolvimento” que podemos ter com a terra, os seres vivos e a nossa comunidade. Ele também substitui “desenvolvimento sustentável” por “biointeração”; “coincidência” por “confluência”; “sintético” por “orgânico”; “dinheiro” por “compartilhamento”; “colonização” por “contracolônização”. Outro exemplo importante são as gírias das favelas que ampliam a língua com “palavras potentes” que os colonizadores não compreendem.

A insubordinação às engrenagens do colonialismo é chamada por Nêgo Bispo de “contracolônialismo”. A não aceitação se constituiu numa defesa prática da vida, e sociedades indígenas e africanas fizeram isso desde sempre. Para ele, o que é modo de vida indígena, banto, iorubá, quilombola pode ser agrupado na denominação contracolônial. Modos de vida sozinhos, sem conexão, não enfraquecem o colonialismo. O antídoto à colonialidade seria celebrar e compartilhar um modo de vida contracolônial que atravessa todas as esferas da vida.

A arquitetura é uma dessas esferas, capazes de desconectar por completo pessoas e territórios. Os cosmos do quilombo e da favela são exemplos de arquiteturas que consideram a vida humana. Uma casa num quilombo precisa ter um quintal com espaço porque as gerações futuras vão habitar os espaços contíguos à casa original. Na favela, a laje cumpre essa função. As casas nesses dois territórios costumam ser erguidas em mutirão porque a solidariedade é um traço vital da contracolônialidade. O quintal da casa do quilombo é um espaço de vida onde se planta o alimento próximo à cozinha. É o lugar onde as crianças se educam – aprendem a plantar, colher, cozinhar. “A casa tem que ser uma parte dos nossos corpos”, considera. Não se constrói uma casa sem considerar o movimento do sol, dos ventos, nem as chuvas. A casa precisa ser posicionada numa relação cosmológica com tudo à sua volta: roças, estradas e vizinhos.

Nêgo Bispo registra na escrita e na oralidade a sabedoria de seu povo. Sabedoria essa que pode ser vital para nos levar a um futuro que nos restitua parte da existência, que continue mais do que nunca em risco.

“Foi cavalgando seu corpo que senti que o passado nunca nos abandona”, esse é um excerto da terceira parte de *Torto Arado*. Compreendo que haveria inúmeras razões para escrever esse romance, mas se tivesse que eleger apenas uma eu diria que meu objetivo era registrar como literatura o amor à terra que vi camponeses declararem ao longo dos anos enquanto eu trabalhava no campo. A terra é a grande personagem dessa história, e atravessa de maneira incontornável a vida de todas as outras personagens. Primeiro, porque essa é uma narrativa ambientada no chão histórico da Chapada Diamantina, situada na vastidão do Brasil. Um território que, como tantos outros, foi brutalizado pelo empreendimento colonial e escravista europeu, marcando definitivamente o nosso presente. Depois, pelas vozes de Bibiana e Belonísia, pela voz de um espírito que é também a consciência histórica dos personagens, vamos conhecendo paisagens, pessoas e eventos.

Desde o começo da narrativa, nós ganhamos a consciência de que os processos históricos do meio onde vivemos atravessam nossos corpos e influem na nossa experiência. Experiência que é individual, mas que também é coletiva. Percebemos a coexistência de individualidade e totalidade; atravessada por eventos tão longínquos no tempo, mas ainda capazes de influir nos lugares onde moramos, sobre quais trabalhos executaremos e qual lugar da hierarquia social ocuparemos.

Bibiana e Belonísia são herdeiras de uma linhagem de origem indeterminada de pessoas escravizadas para servir ao empreendimento capitalista e colonial. Mas, em contraposição à ontologia ocidental que começou a mudar o mundo nos idos de 1500, uma forma mais primitiva de habitar a terra resistiu em seus corpos. Percebe-se nelas certa altivez derivada de uma maneira particular de ver e entender o mundo que sobressaiu à “terraplanagem” homogeneizante da colonização. É assim que elas narram sua vida na Fazenda Água Negra, onde seus pais e outros herdeiros da diáspora têm seus trabalhos explorados e suas experiências de vida inferiorizadas. Aos poucos, elas começam a compreender suas histórias atravessadas por eventos duradouros e violentos. O tempo também me permitiu compreender que as marcas da história estão inscritas nos nossos corpos, nas nossas trajetórias, nos códigos genéticos e ancestrais, e não nos abandonam, ainda que esse seja o nosso propósito.

As narrativas de Bibiana e Belonísia carregam a história de um continente inteiro, e da ruptura que o mundo viveu no período das navegações: o início do processo de exploração e pilhagem, que culminou na subalternização de povos indígenas e de originários do continente africano, criando uma maneira de viver nova e predatória. Essa ruptura transformou a natureza em recurso – humanos e paisagem –, alimentando o projeto de acumulação capitalista. Transformou também a maneira de habitar o mundo, introduzindo uma escala de exploração da natureza jamais vista.

Diante do caos em que o mundo se encontra hoje se considerarmos a emergência climática e política, uma das saídas defendidas por Ferdinand é o “aquilombamento”: uma estratégia de resistência conhecida por nós brasileiros e por nossos vizinhos latino-americanos. O aquilombamento designa a prática dos sobreviventes, dos que resistiram ao horror da escravidão e escaparam das fazendas e oficinas urbanas para viverem no meio da mata, num “para-fora do mundo colonial.” Ferdinand escreve: “Diante de um habitar colonial devorador do mundo, os quilombolas colocaram em prática outra maneira de viver e de se relacionar com a terra”.

O reconhecimento de que a colonização e escravidão “continuam no coração da modernidade” ressalta um conjunto de resistência que existiu desde sempre em contraposição à indigência da escravidão. Em busca de um mundo, escravizados de ontem e de hoje resistiram e resistem à servidão do “habitar colonial” através do “aquilombamento”. Essa prática de resistência política e existencial continua a ser um farol para subverter a subalternidade. Se no passado o aquilombamento era o resultado do desejo de escapar do mundo colonial, hoje, com os desafios da emergência climática, ele se torna a práxis que pode nos restituir uma forma menos predatória de habitar a terra, como nos diz Ferdinand:

“Alguns ficarão surpresos ao ouvir falar nisso hoje, considerando que a escravidão colonial foi abolida no século XIX. No entanto, o aquilombamento ultrapassa as barreiras históricas e nacionais da escravidão colonial, indicando uma clara recusa da sujeição de pessoas a uma maneira de habitar a Terra. A fuga quilombola frequentemente teve como condição o encontro de uma terra e de uma natureza.”

Essas fugas tinham três características. Primeiro: o retorno à terra e à natureza como uma matriz material da existência. Os quilombolas forjaram a experiência matricial anterior à colonização. Com a fuga, morre o exilado, o sem-terra, o escravizado. A morte alivia a experiência desoladora do habitar colonial. De alguma maneira, essa morte é o reconhecimento da vulnerabilidade e da vida própria da natureza, que pode deter a chave de nossa existência. Essa terra se torna a Mãe Terra, a Pachamama, e os humanos se reconhecem como filhos. Segundo: a metamorfose mestiça ou crioula. Após a fuga, a construção da noção de pertencimento a um lugar. A descoberta também de

que seu corpo é único e talvez seja capaz de voar. Essa metamorfose devolve uma condição de ser social e histórico que tinha sido usurpada quando estava reduzido a mero objeto. Longe da exploração, percebem-se donos de um corpo-território. Essa é a primeira utopia anticolonial e antiescravista: redescobrimo um corpo, restitui-se à humanidade, abolindo os laços que porventura mantenhemos com a escravidão. Terceiro: o aquilombamento fez surgir os primeiros ecologistas da era moderna quando subverteu a exploração na escala industrial. Se estabelece uma aliança humana e não humana contra uma maneira predatória de existir no mundo.

Para nós, artistas, o fazer artístico se realiza nesta fração do espaço. Terra e território não são bens ou recursos. Terra e território são histórias e afetos. São extensões dos nossos corpos e fazem parte de tudo o que realizamos.

Foto: Renato Parada

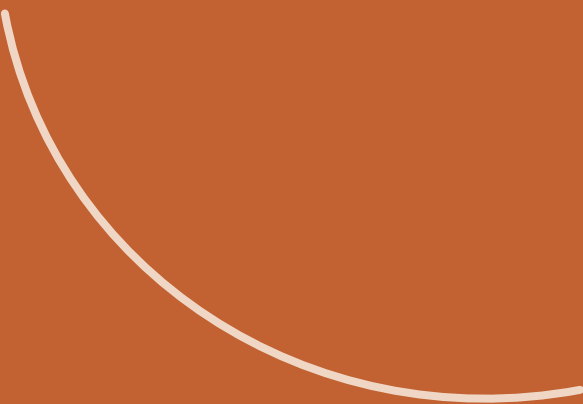


Itamar Vieira Junior é Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia (2013). Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado – 2005) e mestrado em Geografia (2007). É Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), atuando entre os anos de 2006 e 2009 no estado do Maranhão e atualmente no estado da Bahia, onde desenvolve atividades no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas. Em sua carreira como escritor, destacam-se grandes obras, entre elas Torto Arado (vencedor do Prêmio Leya) e Salvar o Fogo. Recentemente iniciou a trajetória na literatura infantil com o lançamento de Chupim.



A INVENÇÃO DO BRASIL

GENI NÚÑEZ



O verso “Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?”, presente na última linha do poema Hino Nacional, de Carlos Drummond de Andrade, instigou o Fórum de Ideias, espaço que fez parte da programação do Festival Sesc de Inverno, no Rio de Janeiro, em 2024. Tive a alegria de fazer parte dessa discussão e neste ensaio compartilharei um pouco de como a questão da identidade brasileira ressoa em mim.

Ainda hoje, em muitas escolas, o que se ensina é que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral, em 1500. A noção de descoberta vem sendo questionada pelo movimento indígena, e temos assinalado que o Brasil não foi descoberto,

foi inventado. Essa nação cuja língua e religião oficiais são o português e o cristianismo, esse país que supostamente seria formado por apenas um povo, o brasileiro, só existe no antagonismo direto às espiritualidades indígenas e de matriz africana, às centenas de línguas e povos originários. Esse Brasil não existia antes da invasão, suas fronteiras e limites nacionais foram forjados por meio de guerras, massacres e invasões. O povo guarani, ao qual pertencço, está presente em locais que hoje são conhecidos como Paraguai, Argentina, Uruguai, Brasil, Bolívia, e nossa relação com o território não obedece a fronteiras nacionais, nossa existência excede e antecede a criação dos estados-nações (Silva, 2017; Núñez, 2023).

Embora o Brasil tenha sido inventado, os efeitos dessa invenção são concretos e persistem no contemporâneo. A trajetória das bandeiras do Brasil ilustra um pouco esse percurso. A bandeira da Ordem de Cristo (ou Ordem da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo) foi a primeira bandeira colonial em nosso território (1332-1650). Essa organização religiosa e militar foi patrocinadora das grandes navegações invasoras e estampava as caravelas de Cabral. Das 13 bandeiras que o Brasil teve até agora, 11 tinham a cruz cristã.

Tornar-se civilizado era ser convertido ao cristianismo, a nação brasileira reafirmava em suas bandeiras que, para ser brasileiro, era preciso seguir o roteiro colonial. Até a Constituição de 1988, ou éramos indígenas, ou éramos brasileiros, as duas identidades se anulavam mutuamente. A atual bandeira do Brasil manteve as cores verde e amarelo da bandeira anterior “Imperial do Brasil”, em homenagem às casas de Bragança de Dom Pedro I e de Habsburgo. Nesse sentido, a apropriação da bandeira do Brasil por grupos de direita e conservadores não é algo recente, pois, desde que existe Brasil, essa bandeira ilustrou os valores dos invasores.

Retomando a ideia de “descoberta”, esse pressuposto já existia antes mesmo de 1500. Nas chamadas grandes navegações, quais terras poderiam ser invadidas, que povos poderiam ser escravizados? Quem autorizava isso era a Igreja, antes das invasões acontecerem em nossos territórios.

Em 1493, pela Bula Inter Coetera”, o papa Alexandre VI determinou a divisão do “Novo Mundo” entre Portugal e Espanha:

Esta bula origina-se de termos feito doação, concessão e dotação perpétua, tanto a vós (reis), como a vossos herdeiros e sucessores (reis de Castela e Leão), de todas e cada uma das terras firmes e ilhas afastadas e desconhecidas, descobertas hoje ou por descobrir no futuro, seja descoberto por vós, seja por vossos emissários para este fim destinados.

Nesses documentos, é possível constatar que a noção de descoberta já estava posta e que a autorização aos “descobridores”, como proprietários dessas terras, também já estava sinalizada.

Na Bula “Romanus Pontifex”, o papa Nicolau V orienta:

Nós [...] concedemos livre e ampla licença ao rei Afonso para invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter todos os sarracenos e quaisquer pagãos e outros inimigos de Cristo onde quer que estejam seus reinos [...] e propriedades e reduzi-los à escravidão perpétua e tomar para si e seus sucessores seus reinos [...] e propriedades”.

Com isso, o racismo religioso cristão foi fundamental na orientação às invasões e à escravização. No século XIX, uma das teses utilizadas era a de “terra nullius”, terra sem dono, terra de ninguém. Como só consideravam como pessoa quem fosse cristão/civilizado, o “bárbaro”, o “inimigo de cristo”, não era visto como gente. Justamente por isso, as terras onde viviam os “selvagens” eram tidas como “terras de ninguém”. Se só era possível ser reconhecido como alguém se essa pessoa fosse cristã/civilizada/humana, o que temos é uma relação indissociável entre colonização e catequização/evangelização.

A colonização não acabou e nossos territórios seguem invadidos, nossos povos não são reconhecidos como pertencentes à terra em que vivem, nem são reconhecidos como pessoas, inclusive por instâncias como o Estado, a Constituição, o Código Civil e o Código Penal, profundamente inspirados no cristianismo e seus valores (Santos, 2015). Em nome do bem, da família, da salvação e do desenvolvimento, as violências continuam.

A monocultura da fé, na imposição do monoteísmo cristão, combate nossas espiritualidades e é acompanhada pela imposição das demais monoculturas, da terra, da sexualidade e dos afetos.

O projeto de evolução e desenvolvimento visa, precisamente, impor um único modo de ser e estar no mundo.

Enquanto não houver um combate ao racismo religioso, todas as monoculturas seguirão ceifando nossas vidas, de gente rio, gente floresta, de todas as gentes.

Pelos aprendizados que temos no movimento indígena e com nossos mais velhos, um ensinamento importante que repasso aqui é termos uma certa desconfiança com a narrativa de que, no fundo, o Estado é bom, que a Polícia “deveria” proteger a população, pois talvez o Estado e a Polícia funcionando contra nós estejam em seu perfeito ordenamento e propósito (Fanon, 1968, Faustino, 2017). Essa desconfiança pode nos auxiliar a não depositar toda nossa energia em ressignificar e atualizar as instituições coloniais, o que nos abre espaço para fortalecermos as nossas coletividades.

A liderança comunitária guarani Mbya Jerá Guarani pondera que

Uma das coisas que digo para os mais velhos e para vocês, Juruá, em momentos de encontro, é que seria importante fazer antropologia na cultura de vocês. Tirar o Guarani da aldeia para ele ficar na casa de vocês e observar vocês todos os dias. Sentir, refletir, tentar entender, fazer relatórios e, finalmente, produzir uma tese de capa dura, bem bonita, com muitas páginas, fotografias, gráficos e referências a outros estudos, para concluir e dizer aos Juruá para se tornarem selvagens, para que se tornem pessoas não civilizadas – pois todas as coisas ruins que estão acontecendo no planeta Terra vêm de pessoas civilizadas, pessoas que não são, teoricamente, selvagens. (...) Se fizéssemos um estudo antropológico na cultura de vocês, teríamos qualificações e um respaldo maior para conseguir convencer muitas pessoas a se tornarem selvagens, a se tornarem pessoas não tão intelectuais, não tão importantes (Guarani, 2020, p. 9).

Assim, o movimento de contracolônização envolve este convite para um reflorestamento das monoculturas, para uma revisão daquilo que nos foi ensinado como o único caminho, verdade e vida.

Contrariando o que o Brasil e os brasileiros deveriam ser, desobedecendo a todas as monoculturas da colonização, continuamos celebrando nossas diversidades de línguas, costumes, modos de vida, espiritualidades e nossas tecnologias de bem-viver (Peralta, 2017).

Como indígena, não tenho orgulho em ser brasileira, tenho orgulho em ser guarani.

Referências

FANON, Frantz (1968). Os condenados da terra. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.

FAUSTINO, Deivison (2017). Frantz Fanon, a branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas. In T. Muller & L. Cardoso (Orgs.), Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil (pp. 125-138). Appris.

GUARANI, Jerá. Tornar-se selvagem. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 14, página 12 - 19, 2020.

NÚÑEZ, Geni (2022). Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude [Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC].

PERALTA, Anastácio. A Agroecologia Kaiowá: tecnologia espiritual e bem viver, uma contribuição dos povos indígenas para a educação. Revista Movimentação, [s.l.] p. 1-19, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos. (Nêgo Bispo). Colonização, quilombos, modos e significados.

Brasília, DF: INCTI/UnB, 2015. 78 p.

SILVA, Timóteo, (Timóteo Popygua) (2017). "Depoimento: Verá Tupã Popygua Timóteo da Silva". Revista Continente, 1(1), 1-03.

Foto: Alberto Cerri



Geni Núñez é ativista indígena Guarani, escritora e psicóloga. Atualmente é pesquisadora de Pós-Doutorado no Instituto de Estudos Avançados da USP. Possui doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC) e mestrado em Psicologia Social. É membro da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos(as) – ABIPSI. É coassistente da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY). É autora dos livros “Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar” (Editora Planeta de livros, 2023) e do livro infantil “Jaxy Jaterê, o saci Guarani” (Editora Harper Kids/HarperCollins, 2023).

O QUE É A IDENTIDADE BRASILEIRA?

MUNIZ SODRÉ

Eu vou me permitir contar inicialmente uma historinha da tradição zen-budista, de Lao Tse, na verdade. Um monge, passeando com o discípulo à beira de um lago, comenta: “olhe como os peixes nadam tão felizes!” O discípulo pergunta: “mestre, se você não é peixe, como pode saber que estão felizes?” E o monge responde: “se você não é eu, como pode saber que eu não sei que os peixes estão nadando felizes?”.

Essa historinha trata de identidade e diferença. Claro que o monge não é peixe, mas ele pode saber da felicidade dos peixes porque, convivendo há muito tempo com o lago e seus habitantes, ele incorpora por afeto na sua identidade humana a diferença com outras espécies animais. Quer dizer, ele está uno com os outros, e assim sente algo que não está no nível das palavras.

Sim, cada um de nós é aquilo que aprende (vendo, ouvindo e comendo), mas também aquilo que sente. E como se sente? Por ondas/vibrações e radiações. “Somos sensíveis ao calor, ao frio e à eletricidade somente porque, enquanto organismos, produzimos calor, frio e eletricidade” (Bunseki Fu-Kiau, pensador congolês). Assim, nós podemos dizer que algo tem cheiro de rosa, porque a rosa, mesmo ausente, está em nossos narizes, ou seja, porque somos unos com a diferença chamada rosa.

Essa pequena introdução ao pensamento da diferença e da identidade nos vale aqui para apresentarmos o problema da constituição de um povo nacional, o povo brasileiro. Nessa introdução, já fizemos várias aproximações de diferenças: o homem e o peixe, a rosa e seu perfume, mas também a abordagem filosófica

do pensamento da identidade pela historinha chinesa e explicação das ondas/vibrações por um pensador congolês. Fizemos uma reflexão transcultural.

Por quê? Porque a população brasileira é de uma diversidade étnica radical, só o transculturalismo permite abordá-la adequadamente. Vocês vejam que eu disse população, e não povo, porque povo é um conceito de unidade. Povo francês, povo alemão, povo russo, povo brasileiro são representações de unidades, mesmo se sabendo que as populações correspondentes podem ser diferenciadas.

Assim, população ou gente não é o mesmo que povo. Povo é uma realidade que só existe quando politicamente inventada. É algo que se fabrica conceitualmente. Vista de fora, a realidade imediata da agregação demográfica num território nacional é a de *gente ou população* (número indeterminado de pessoas numa região), *populacho* ou então *massa*, que, para Jacques Beauchard, é “uma quantidade densa de indivíduos próximos, mas subjetivamente separados”, oposta à multidão como “uma quantidade de indivíduos fisicamente e subjetivamente ligados uns aos outros”.¹

O conceito de povo supõe uma “verdade” espacial e representativa, cuja matriz está na ideia de *nação*, que é politicamente indeterminada, embora modernamente apreensível como uma comunidade estável em termos territoriais, históricos, culturais e psicológicos.

¹ Cf. Zylberberg, Jacques. *Macroscopie et microscopie des masses. In Masses et post-modernité*. Meridiens Klincksieck, 1986, p. 16.

Não seria incorreto designar essa estabilidade como “política”, desde que se amplie o escopo semântico ou mesmo mítico dessa palavra na direção do sentido de *identidade humana*, ou seja, do complexo vincutivo que liga o indivíduo a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. O termo nação é muito anterior às revoluções do século XVIII e, desde a Idade Média, designava um pertencimento regional alheio à ideia de Estado. Já no século XIX, o influente orientalista e filólogo francês Ernest Renan preferiu definir nação como um “princípio espiritual”.

Sob a égide da ideologia republicana, o que sempre produziu efeitos políticos é a ficção de povo. Povo é gente concebida como *demos* (e não como *ethnos*) – portanto, o princípio político que transforma a população (gente amontoada ou agregada) em sujeito de uma soberania ou de uma determinada autonomia frente ao poder de Estado. Ele também pertence, como nação, ao âmbito amplo do conceito de identidade coletiva. Diz Jacques Rancière: “Há política a partir do momento em que existe a esfera de aparecimento de um sujeito, o povo, cujo atributo particular é ser diferente de si mesmo, internamente dividido”.² Povo é então uma forma dinâmica: mais do que *ser*, é *tornar-se* – um processo que produz o seu próprio sujeito.

Aceitemos que o povo se defina em princípio como uma forma coletiva de subjetivação. Politicamente, é grande a importância dessa noção, por favorecer a identidade hegemônica tutelada pelo Estado. O poder estatal consegue perpetuar-se graças ao mito de potência que se constitui ao redor do povo, visto como uma essência de liberdade garantida por leis e direitos.

Para Mairêt, “esse povo aparece, com efeito, como o referente obrigatório, a fonte e a norma de toda política desde que ressoaram na Europa e no mundo os ‘ideais’, como se diz, da gloriosa Revolução Francesa (...) O povo não é, pois, uma população, é um princípio, e a ideologia do povo é o conjunto sistemático das significações de todas as espécies deduzidas desse princípio”.³

Mas falamos da divisão como atributo intrínseco de povo. E assim ressoa ainda hoje entre nós a frase do abolicionista Joaquim Nabuco: “Os negros deram um povo ao Brasil”. É uma frase referida a outro perfil identitário, outro padrão civilizatório, que chegou aqui com a diáspora escrava, sob a égide colonialista do *ethnos*, embora frequentemente referida como uma variedade de “nações” (classificação próxima de etnia, diferente de “nação europeia”).

² Rancière, Jacques. *Disagreement : philosophy and politics*. University of Minnesota Press, 1999, p. 87.

³ Mairêt, Gérard. *Peuple et Nation*. In *Histoire des Idéologies*. Hachette, 1978, p. 57.

Nesse caso, povo não tem o mesmo sentido gerido pelo liberalismo europeu, pois se dispõe a ser entendido como identidade civilizatória ou então, retomando a definição de nação por Renan, como “princípio espiritual”.

É o que acontece com os povos ou nações da diáspora africana no Brasil, como ocorria em outras regiões das Américas, aliás, para diferenciar etnias ou tribos ameríndias.

Recordemos: do século XVI até o seguinte, foram principais em Salvador, então capital do Brasil, as ditas “nações” do grupo linguístico banto. Provinham majoritariamente da África subequatorial os ambundo e os bacongô, que predominaram na Bahia, ao passo que os ovimbundo tinham presença mais forte em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. São inequívocas as marcas culturais deixadas pelos bantos em irmandades católicas, em religiões tradicionais sintetizadas nos candomblés angola e congô e em ludismos populares.

Mas, a partir da segunda metade do século XVIII, quando o tráfico privilegiou a África superequatorial (Costa da Mina, baía do Benim e outros), predominaram entre a massa escrava os contingentes humanos originários das regiões hoje correspondentes a partes da Nigéria e Benim (ex-Daomé), por onde se estendiam “nações” ou “cidades-estado” conhecidas como Anagó, Oyó, Ijexá, Ketu, Ifé e outras. Tudo isso constituía um complexo civilizatório,

designado alternativamente pelos genéricos “ioruba”, “nagô” ou ainda “sudanês” (a palavra Sudão vem do árabe “assuad”, que significa negro), cujos reflexos culturais ficaram mais bem delineados na Bahia.

Esse complexo assinala um viés de supremacia por parte dos jejes (Fon) e nagôs. Mas nenhuma indicação de supremacia étnica apaga realmente a marca civilizatória forte de todas as outras etnias africanas: rastrear os “bantuísmos” que se multiplicam na fala brasileira é deparar com étimos provenientes de línguas como quicongo, quimbundo, umbundo, quicongo, ronga e outras. “Candomblé”, designação genérica para os cultos afro-brasileiros, é uma palavra banto.

Assim é que se pode assinalar a presença na história nacional de um “povo” diaspórico, correspondente a um paradigma civilizatório distante do modelo europeu centrado nos poderes da organização capitalista e da centralidade cultural da escrita. Esse paradigma é propriamente africano, compartilhado no Brasil por bantos e nagôs.⁴ Passou despercebido aos modernistas paulistanos, que ensaiaram uma resolução artística e intelectual da indefinição de povo nacional (antecedida de especulações esparsas sobre a “brasilidade”), porém figurando um amálgama caótico ou anárquico de diferenças culturais, tipificado no personagem “Macunaíma” (de Mário de Andrade), o herói sem nenhum caráter.

⁴ A argumentação relativa ao paradigma africano no Brasil provém de Sodré, Muniz. Pensar Nagô. Vozes, 2019.

O(a) “negro(a)” genérico(a) da representação elitista destoa da diversidade humana da diáspora escrava. Os nagôs, majoritários nas últimas migrações maciças para o Brasil, correspondem a um complexo cultural – cujas origens remontam à Nigéria e a Benin (ex-Doomé) – que compreende *nações* (aliás, uma designação do léxico colonial) conhecidas como Egbá, Egbado, Ijebu, Ijexá, Ketu, Sabé, Iaba, Anagô e Eyó, incorporando traços dos Adja, Fon, Huedá, Mali, Jegum e outros conhecidos no Brasil com o nome genérico de Jeje.

Em termos históricos e geográficos, essas nações provinham da Costa da Mina (área que hoje abrange Benin, Nigéria e Togo) e começaram a chegar ao porto de Salvador, na Bahia, em fins do século XVIII, como moeda de troca africana para a aquisição de fumo produzido no Recôncavo Baiano.⁵

Já no século XIX, os últimos grupos chegados foram os jejes (de língua *fon*, também conhecidos como ewês) e os nagôs. Nagô tornou-se um nome genérico para a diversidade do complexo cultural, na verdade equivalente à palavra *iorubá*, designativa dos falantes dessa língua, que em determinados momentos teve trânsito mais amplo na África. A insistência na denominação “nagô” deveu-se ao comércio intenso entre a Bahia e a costa da África Ocidental, portanto à manutenção do contato permanente entre os elementos da diáspora escrava e as suas regiões de origem.

Como se vê, da mesma forma que o povo dito branco da imigração para o Brasil se caracteriza por uma divisão interna (portugueses, espanhóis, italianos, alemães, etc.) com línguas e costume diferentes, o povo dito negro da diáspora escrava é também internamente dividido por suas diferenças étnicas e linguísticas de origem. A pressão civilizatória exercida pelas elites de pele clara, isto é, a pressão eurocêntrica, foi sempre contrabalançada no nível das classes subalternas pela pressão civilizatória afro. Oficialmente, tentou-se esconder a força civilizatória dos negros por argumentos de subalternidade cultural (ausência de escrita, domínio irregular da língua portuguesa, suposta inaptidão técnica, rejeição da cultura capitalista do trabalho, outras crenças religiosas, etc.) e também pela ideologia fascista da eugenia. No começo do século XX, higienistas e antropólogos brasileiros previam a extinção dos negros num prazo de cem anos.

⁵ Cf. Verger, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: dos séculos XVII a XIX. Ed. Corrupio, 1987.

Subestimou-se, assim, a força de vida presente no paradigma civilizatório herdado da África e aqui reinterpretado pelas novas condições territoriais. Na verdade, são muito fortes os princípios simbólicos constituídos pelos orixás, voduns, inquices, encantados e caboclos. Não são meros objetos santificados de crenças, mas princípios de territorialização e afirmação da continuidade da existência. Diz-se em iorubá: “bibí lo bi wa”, isto é, o renascimento do nascimento, a que a filosofia ocidental (Nietzsche) chamou de “eterno retorno”. É a vida que sempre retorna. Mas, para apreender essa realidade, não basta ler livros. É preciso, como na historinha do monge contada no início desta fala, aprender a conviver com diferenças e apreender as diversas energias vibratórias que fazem a dinâmica da identidade.

Foto: divulgação



Muniz Sodré é um pesquisador no campo da comunicação e do jornalismo brasileiros e latino-americanos. Dirigiu a TV Educativa. Publicou quase uma centena, entre livros e artigos, na área da comunicação (jornalismo em especial), mas também livros de ficção e um romance (*O Bicho que Chegou a Feira*). cursou mestrado em Sociologia da Informação na Universidade de Paris III – Sorbonne, Doutorado em Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França. É membro, entre outros, da Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (SECNEB) e da Associação Brasileira de Semiótica. Pesquisador das línguas iorubá (nagô) e do crioulo de Cabo Verde, é também Obá de Xangô do terreiro baiano de Axé Opô Afonjá. Intelectual afrodescendente e um dos mais destacados pensadores brasileiros contemporâneos, Sodré é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. Em dezembro de 2022, foi agraciado com a Medalha Tiradentes, mais alta honraria expedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.



1990-10

FLORESTA

estava aqui pensando em precipitados pensamentos, pois meus pensamentos andam úmidos desde que parei de dormir, no porquê de meus olhos não quererem mais pregar. parei de dormir sei lá por que ou talvez saiba, irene saiu de casa com um dos gatos e com os três eu costumava dormir solto enrolada, também me levou o cobertor de pelos do qual eu tanto gostava porque rinite nunca me atacou, sempre fui muito resistente a esta cidade à poluição à pressa ao pf de filé à cubana que nunca me deu azia mas de uns tempos pra cá o barulho da rua não me deixa dormir, e assim o filtro de barro fazendo seu paciente e milimétrico trabalho pelas madrugadas pra que eu tenha água manhã seguinte, e assim o encanamento quando a vizinha dá descarga, e assim o ruído discretamente felino de fenemê em busca de chica que não mais lhe responde os miados porque do outro lado da cidade bichano nenhum se comunica.

fenemê, penso, deve estar sofrendo tanto quanto eu embora não tenha diminuído a comida nem mudado os hábitos noturnos mas tenho percebido certo apego incomum à minha figura, que quando chego em casa pós árduo trabalho cobrando tarifas enrola-se nas minhas pernas e solta um miado de dar dó, sozinha que ficou curiando todos aqueles cantos já tão bem conhecidos, entediada com a falta de novidades, pelo menos chica lhe dava boas-novas dia a dia, lambia os lugares menos acessíveis, provocava fenemê praquelas brincadeiras de gato que a gente não sabe se é briga ou afeto.

e olha que vou dormir tarde trampan-do no horário mais tardio da linha, algo que me agrada por conta do silêncio e o ônibus meio vazio, uns rostos cansados e conhecidos que descem no ponto final desejando um boa-noite carregado de sono, inconstância, cansaço, o corpo cheirando aos ofícios que empregam diariamente, escritório cimento ar-condicionado sujo desinfetante fritura esmalte fresco boticário mcdonald's remédio creme de cabelo cigarro tinta shopping cândida cachaça. porque a gente sente, quem tá ali rodando catraca contando moeda sente cheiro e o que mais vier das pessoas que passam, e tem gente que cumprimenta, tem gente que eu conheço bem e gente que nem olha na minha cara depois desse tal de bilhete único.

de uns tempos pra cá comecei a medir tempo pra pensar entre um intervalo e outro do trânsito de gente, ora, se o motorista vê o fluxo lá fora eu observo o que se passa dentro, nunca se sabe, a gente tem que estar sempre atenta no movimento, ver se uma senhora não precisa de ajuda, se aquele ali tá a fim de fazer bagunça, se aquela outra tá se incomodando com as proximidades do sinhozinho que olhou de cima a baixo quando ela entrou, a gente tem que cuidar, já vi tanta coisa. semana passada mesmo uma moça que divide sempre essas barras gordurosas comigo e com o geraldo começou a gritar no meio do corredor porque um sinhozinho foi indo pra cima dela muito suspeito e daí caiu pra malandragem com a saia da menina, eu achei foi muito bem feito ela ter começado aquele escarcéu a plenos pulmões, o restante dos passageiros acordou e quando o sinhozinho se deu conta ele já tinha sido largado numa rua no meio do nada, de noite, lá pros lados da freguesia. nunca mais vi o sujeito.

e nesse tempo aí pra pensar fiquei matutando pra que serve alguém que não dorme, digo, são nessas horas de insônia, quando estou em casa pela madrugada bebendo uma latinha meio quente, que as coisas começam a aparecer e fico pensando se não é isso que eles chamam de revolução. vou fundo mesmo, me enfio nos pensamentos mais calados que existem dentro de mim e dou nuns caminhos, às vezes numas paredes, que fariam arrepiar qualquer um. faço meu trabalho direitinho, não confundo as moedas, embora minha cabeça já tenha começado a funcionar diferente faz algumas semanas, contei pra cláudia que se fosse hoje eu teria levantado e dado um pau no sinhozinho. a cláudia, enfermeira, aclarou o nervoso que a privação do sono causa, me trouxe até uns calmantes fraquinhos que não andam dando mais resultado, só nas primeiras noites mesmo. e não afirmo que insônia seja uma coisa boa pras pessoas mas é que cansam tanto a gente, a eletropaulo a sabesp as parcelas da tevê, que nem sobra tempo pra pensar, o trabalho suga tudo e o pouco de energia que sobra eu acabo gastando no bar da cida ou vendo tevê e daí já viu, pensar na vida nunca é uma possibilidade. por isso que andam falando faz séculos que os homens de letras são os caras mais inteligentes, de raciocínio fácil, porque eles não atrasam a conta de luz, têm quem compre e prepare a comida, cama feita e roupa lavada, então esses homens podem ser insones, podem ser bêbados pedófilos hereges criminosos misóginos pedantes bem-elaborados abusadores senhores de si e dos outros, que ninguém liga. e brancos, isso eles também são.

e a insônia nem é resistência, é mais resultado mesmo, cheguei a concluir, somatória de cabeça e corpo tão fodidos. e também de que serve uma sapatão que não dorme? se eu não durmo, minha cabeça é doente, meu corpo cansado não serve, o sus nem o dráuzio varella nunca vão querer saber, tô à beira do abismo, de um colapso, e se paro não trabalho, já não sirvo mais pra contar os trocos, daí me carimbam inválida e colocam outro no meu lugar, virei lixo. e já tô por um fio no trampo desde que o fiscal lá que já não ia com a minha cara se ofendeu pessoalmente quando me ouviu falando pro geraldo que eu nunca quis homem perto, não dou confiança pra eles, não dou nada pra homem nenhum, da minha vida cuido eu e muito bem, que ninguém precisa de homem. assim, eu era criança e já desde cedo fui ensinada que meu corpo foi feito pra ter filhos. e só? como é que pode esse lance de embuchar e daí cuidar da casa e das crias e aquele bosta do meu pai sempre sumido de casa, voltava de vez em quando, deixando minha mãe a deus dará com aquelas outras bocas pra alimentar sozinha, vestir e educar, e eu nunca entendi o que ele ia fazer em casa nos fins de semana que aparecia e minha mãe toda feliz. acho que a felicidade dela, aquele sorriso bonito que ela tinha, devia ser o único sentido porque ela ria muito quando ele aparecia, asseava as filhas e a casa, era dia de festa, tinha até carne assada que ela dizia agradar o paladar do pai. e nos outros dias era ela chorando, indo acordar cinco horas da manhã pra botar a gente prontas pra escola e ir trabalhar na casa da dona amélia, uma senhora japonesa que às vezes mandava uns doces esquisitos de arroz e feijão pra gente.

Foto: Mayara Barbosa



floresta, bàbálórișà, poeta e tradutor. é mestrando em estudos da tradução pelo ppg-letra (usp), pesquisa narrativas e poéticas macumbeiras, literaturas insurgentes e performances tradutórias. semifinalista no eixo tradução do 65º jabuti, tem editados *poemas crus* (patuá, 2016), *genealogia* (móri zines, 2019), *panaceia* (urutau, 2020 – menção honrosa do 2º prêmio mix literário) e *rio pequeno* (círculo de poemas, 2022 – semifinalista do 65º jabuti).

PLURAIS / SOLIDÁRIOS EM UM / ADJETIVO PÁTRIO:

BORA INVENTAR O TAL BRASILEIRO

BIANCA SANTANA

“Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?”, com os versos de Drummond iniciamos seis momentos de conversa no Centro Cultural Sesc Quitandinha, nos dias 20 e 21 de julho de 2024, compondo o Fórum de Ideias. Recebi o generoso convite de mediar todas as mesas e, ao final, registrar a experiência neste ensaio. Convite generoso e desafiador. Tanto para manter presença atenta nas tantas horas seguidas de debate como para plasmar em palavras a nutrição que recebi naqueles dois dias. Mas, se nenhum Brasil existe, cabe especular livremente que trem é esse – como se diz na terra de Drummond – de identidade brasileira, na companhia de pensadoras e pensadores que leio e admiro. Com menos certezas que perguntas.

Muniz Sodré abriu caminho com um ensinamento da tradição zen-budista. Imagine um monge e seu discípulo observando peixes nadando felizes em um lago. O monge pergunta: “Se você não é um peixe, como pode saber que eles estão felizes?”. Nossa experiência no mundo se dá pelo corpo, com ancestralidades e trajetórias próprias, mas ainda assim é possível sentir o outro, conviver também a partir daquilo que não se expressa em palavras. Conviver com diferentes nos permite aprender, experimentar, aprimorar quem somos, incorporando o que nos afeta à nossa própria experiência. E, nesse convívio, vamos partilhando vibrações, radiações, eletricidade – e aqui acrescento ideias, histórias, leituras, repertórios, práticas e hábitos culturais – e criamos o comum. Um comum em

que todas caberemos em plenitude. Seriam então os brasileiros os que interagem nas próprias diferenças, com abertura à escuta e à partilha, amalgamados em uma teia de diferenças e singularidades? Se sim, seria esse tal Brasil um quilombo, em vez de um país?

Muniz também nos provocou com a ideia de nação. Muito antes do conceito moderno de Estado, nação já dizia respeito ao princípio espiritual que unia diferentes grupos étnicos. Se o Brasil é esse mosaico de etnias – não apenas pretos, pardos, amarelos, indígenas e brancos, como categoriza o IBGE, mas krenaks, baniwas, guaranis-kaiowás, descendentes de bantos, iorubás –, temos algum princípio espiritual compartilhado que nos permita afirmar sermos nação? Seria o povo brasileiro um amálgama de diferenças com um comum partilhado? Que comum seria esse? Como podemos identificá-lo, nomeá-lo, reconhecê-lo?

Falando apenas da presença africana como parte desse espírito, desde os primeiros anos da colonização, as culturas banto, nagô e demais etnias africanas desempenharam papel fundamental na construção das tradições, religiões e práticas do que chamamos Brasil. Desde o Nordeste, onde os traços culturais africanos são palpáveis nas irmandades católicas, nos candomblés e no maracatu, até no Sul, onde, aprendi com Muniz, o que identificamos como gaúcho é africano hauçá: cavaleiros que carregam laço e adaga para domar bois e gentes. O reconhecimento da presença negra é crucial para compartilharmos uma mesma história do Brasil e projetarmos futuros comuns de equidade e justiça.

Bárbara Carine nos trouxe a importância da educação para a construção desse comum e a transformação de realidades rumo a um convívio mais justo e igualitário, acompanhando Nilma Lino Gomes, que sistematizou a centralidade da corporeidade para a negritude. Maternidade, resistência diante da opressão, identidade, tudo passa pelo corpo. Se a face mais grave do racismo no Brasil diz respeito às violações do corpo negro e indígena, e uma pessoa negra é assassinada a cada 12 minutos – GENOCÍDIO – como proteger o corpo?

Da educação, aprofundamos pela literatura. Tanto nas tentativas de controle, censura e redução das possibilidades do texto literário na escola, como nos trouxe Jeferson Tenório, como nas apropriações e reapropriações de palavras-ideias apresentadas por Amara Moira, que podem expandir nossas possibilidades de existência, em vez de reduzi-las de forma moralizante, didática ou edificante. A literatura tem o poder de questionar, provocar e instigar reflexões sobre a vida e suas complexidades. A arte, também em sua dimensão estética, é campo de resistência e invenção de mundos. Seria então a literatura uma possibilidade para formular perguntas sobre o ser brasileiro e explorar as contradições dessa afirmação, assim como de nossas relações e existência?

Falando em palavra – porque insistimos em repetir que o Brasil foi descoberto – Geni Núñez nos desafia sobre essa narrativa do descobrimento, mostrando como essa invenção política perversa apaga a história dos diversos povos

que estão aqui desde muito antes de 1500. O marco temporal para definir terra indígena não pode ser a Constituição de 1988, mas o desde sempre. Maria Stockler Carvalhosa, acompanhada de seu cão-guia Café, mostra como a deficiência escapa ao discurso hegemônico do que é ser brasileiro. As limitações impostas por uma sociedade que não considera nuances e necessidades específicas marginalizam parte importante das pessoas.

Maria nos lembra que representação não basta. Não estamos falando sobre ter uma ou outra mulher negra, outra indígena, outra deficiência em determinado espaço de visibilidade e poder, mas de ter espaço para todo mundo. Poder partilhado por todas as pessoas. Direitos garantidos, necessidades respeitadas, pluralidade de vozes na esfera pública. Assim como, em uma floresta, as árvores de diferentes tamanhos coexistem – e se ajudam – para que tenham água, sol e demais necessidades atendidas.

Geni nos mostra como a floresta é a expressão da multiplicidade e da coexistência entre diferentes, um antídoto à imposição de um único modo de ser. Em vez de repetirmos que precisamos proteger a natureza, não deveríamos imitá-la? Mimetizar a natureza para podermos ser protegidas e protegidos por ela? Não celebrar as diferenças, buscando uniformidade, é como queimar ou derrubar floresta para dar lugar ao pasto ou a monocultura – e, assim, ninguém mais respira e vamos encurtando a experiência humana na Terra.

Se identidade nacional, se ser brasileiro, só é possível na homogeneidade – do corpo, da língua, da religião, da monocultura – ser brasileiro nos serve?

Se para alguém isso tudo pareceu muito etéreo, a conferência final de Flávia Oliveira, celebrando Conceição Evaristo com o título “A gente combinamos de não morrer”, tornou muito palpável a materialidade – e os limites materiais – do ser brasileiro. Quem é considerado brasileiro, afinal, é quem tem acesso – a direitos, a dinheiro, a sonho, a cura. E nossa diversidade está diretamente conectada à nossa desigualdade: quanto mais diferente do hegemônico masculino, branco, cis heteronormativo considerado sem deficiência, mais na base da pirâmide social, mais vulnerável, menos brasileiro.

Mas, com tudo isso, pessoas negras são maioria populacional e pessoas indígenas estão cada vez mais organizadas. A gente combinamos de não morrer. E temos persistido no sucesso dessa missão graças à força criativa e resiliente das comunidades negras e indígenas. É mais que sobrevivência na precariedade. São tecnologias de permanência, nos ensinou Flávia. Dentro do Sesc Quitandinha, ela nos lembrou:

“A quitanda não é apenas um espaço de venda, mas um ponto de encontro, um espaço de resistência, onde se perpetuam tradições e se garante a subsistência das famílias”. Empreendedorismo é prática ancestral das quitandeiras muito antes do termo existir.

Como contar da complexidade das vivências negras ao registrar nossa história? Como desafiar a narrativa da precariedade, ressaltando nossa capacidade de transformação e adaptação sem cair em falácias neoliberais?

Ao finalizar este texto, em interlocução com diferentes escritoras e escritores, me dou conta da importância do narrar para destituir falácias que nos estigmatizam e inventar possibilidades solidárias de ser brasileiro onde caibamos todos. Ao contar nossas histórias – em sua múltipla diversidade –, estamos abrindo espaço para que existamos em todas as diferenças. Mais que resistência, a escrita cria possibilidades de existências plenas e múltiplas, todas elas, sim, inventadas. Afinal, que realidade não foi criada? Não se trata apenas de (re)escrever o que passou. Mas de criar o que faremos daqui pra frente. Em um futuro de equidade, justiça, liberdade, quem serão os brasileiros?

Foto: JoãoBenz



Bianca Santana é doutora em Ciência da Informação pela ECA-USP (2020), com a tese “A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo”, que recebeu o Prêmio Tese Destaque USP – 10ª Edição. Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (2012), onde pesquisou os usos das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Professora titular do curso de jornalismo da Faap e professora colaboradora da pós-graduação em estratégias de comunicação digital da Fundação Getúlio Vargas. Diretora executiva da Casa Sueli Carneiro. Autora de “Quando me descobri negra” (Fósforo, 2023. Sesi-SP, 2015), “Arruda e guiné: resistência negra no Brasil contemporâneo” (Fósforo, 2022) e de “Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro” (Companhia das Letras, 2021). Organizadora das coletâneas “Inovação Ancestral de Mulheres Negras: táticas e políticas do cotidiano” (Oralituras, 2019), “Vozes Insurgentes de Mulheres Negras: do século XVIII à primeira década do século XXI” (Mazza Edições/Fundação Rosa Luxemburgo, 2019) e “Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas” (Edufba/Casa de Cultura Digital, 2012).



EFRAIN EM PLENO VOO

MARCELO CAMPOS



“Uma pausa em pleno voo”. Esse foi o título do primeiro texto que escrevi sobre o artista Efrain Almeida há exatos 21 anos. Também seria, de outro modo, meu primeiro “texto curatorial”, em 2003, ainda antes de eu ter feito minha primeira curadoria, no ano seguinte, em 2004, na qual Efrain (Efra) era um dos artistas participantes. Hoje, convidado a escrever depois da morte dele, penso o quão premonitória a frase se torna: “uma pausa em pleno voo”. Efra nos deixou em pleno voo. À época, eu me referia ao voo dos beija-flores, uma das obras mais impactantes de Efrain Almeida (Beija-flores, 2003), fato estético-político-histórico-transcendente que definiu a trajetória dele, um menino que, desde criança, no sertão de Olho D’água, Boa Viagem (CE), brincava de desenhar sobre cadernos escolares, os seus e os de seus irmãos. Tal fato foi lembrado por seu irmão no momento de sepultamento do Efra, o irmão comentou que reclamava muito quando percebia que os cadernos da escola estavam rabiscados pelo artista. Mas, como alguém se torna o que se é? Reverbera-se, então, o *Ecce Homo*, de Nietzsche, e a ideia nagô-iorubá de Odu, pois nascemos com e por um propósito.



Acervo familiar

Efrain Almeida nasceu em Boa Viagem, Ceará, em 1964. Veio com a família para o Rio de Janeiro e estudou entre os anos de 1986 a 1991 na Escola de Artes Visuais do Parque Lage (EAV) e nas oficinas do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM). Ali, convivia com os que se tornariam grandes nomes da arte dos anos 1980, como Beatriz Milhazes e Leonilson, assim como se dedicava às práticas de ateliê nas salas da Escola, pois, sendo bolsista na EAV, precisava atuar como monitor, auxiliando seus professores. O estudante de artes nos anos 80 posiciona sua trajetória frente ao retorno à pintura e ao mergulho em universos estrangeiros, não somente relativos à visualidade, como as estéticas new wave e punk. Efrain negociou de modo muito singular essa relação epocal, entre a urbanidade e o sertão cearense. Com a moda, manteve-se atento a estilos que trazia para suas próprias criações. Para além da madeira nas esculturas, o uso de tecidos e as técnicas de bordado também o acompanharam. Logo na década seguinte, anos 1990, o artista entra com mais ênfase em um circuito da arte, então marcado pela presença de galerias comerciais e feiras de arte contemporânea internacionais. Faz sua primeira exposição individual em 1993, no Centro Cultural Sérgio Porto, na mesma época em que dividia o Ateliê Vila Isabel com mais 7 artistas.

Conhece nessa época o seu galerista, Marcantônio Vilaça, que se torna um orientador, conselheiro. Efra contava: “Ele me perguntou se podia visitar meu ateliê, eu disse que não tinha ateliê. Então ele disse: ‘traga suas obras e me encontre num hotel em Ipanema’. Levei as esculturas e ele comprou todas”. De 1996 a 2000, ano da morte de Marcantônio, manteve individuais na Galeria Camargo Vilaça. O galerista pernambucano, fundador da Galeria Camargo Vilaça, criou com Efraim uma ampla parceria, levando-o a feiras internacionais, proporcionando-lhe exposições em espaços importantes, como o Centro Galego de Arte Contemporânea, em Santiago de Compostela, onde Efraim expôs em 2001, proporcionando-lhe um generoso catálogo.

A religiosidade marcava uma trajetória evidente na visualidade da produção de Efraim Almeida. Contudo, desde que o conheci, ele fazia questão de não se enquadrar na obviedade de uma leitura já pronta, para quem imaginava

um artista do sertão nordestino trabalhando com madeira. Efraim chegava a pedir para que evitássemos o uso de palavras que o associassem diretamente às esculturas votivas. De fato, a formação em artes no Parque Lage, no MAM, o contato com museus mundo afora, o retiravam de uma tentativa folclorizante de pertencer a uma produção autóctone. Aqui reside toda a grandeza e toda a singularidade da arte produzida por Efraim Almeida. Quando o visitei no Grajaú, bairro da zona norte carioca, ele estava encantado por Björk. Falamos de Almodóvar e de suas conexões homoeróticas. Portanto, não seria uma leitura direta e simplória que o identificaria como um artista brasileiro. Digno de nota, também, foi sua eterna paixão por Vivienne Westwood, de quem colecionava diversas peças de vestuário, para a inveja dos amigos.



Na produção de Efrain Almeida, a manufatura da umburana feita com instrumentos mais simples, como estiletes, goivas e faca, dada a maciez desse tipo de madeira, o coloca junto a um gesto corriqueiro, sertanejo, muitas vezes, que é o manipular de facas, elemento constante em quem vive e convive com o mato. Sobre tudo, porque Efrain se interessava pela ideia de esculturas que cabiam nas palmas das mãos. A faca pequena que corta cana, descasca frutas, que afia palitos. Desse mesmo modo, o artista construía e produzia suas esculturas. Obviamente, ele não se limitou a tal manufatura, ampliando sua produção para peças maiores, cisnes, cães, o que o fazia planejá-las com modelagens elaboradas, desenhadas e projetadas com cortes, colas e encaixes. Usava elementos incrustados sobre a madeira, como olhos de cristais no bestiário, que o aproximavam de uma fatura barroca e popular.

A religiosidade gerava pesquisas diretas, como as que se ligam aos olhos de Santa Luzia, ao cão de São Lázaro, ao carneirinho de São João. Contudo, Efrain conseguia atravessar tais questões metaforizando a sexualidade presente nos olhos revirados do êxtase de Santa Tereza, por exemplo, ou, mesmo, ao colocar o cão de Lázaro lambendo as paredes dos museus e galerias, gerando a ambiguidade de submissão e cura, ou seja, adoração, lambeção, e cicatrização de feridas e atrações variadas, coloniais, inclusive. Em diversos momentos, as chagas dos santos mártires retornavam em esculturas e desenhos do artista. Os pássaros esculpidos por Efra, como os beija-flores e as lavadeiras, se ligavam, em alguns casos, a histórias familiares. Seu pai, ao ver as dezenas de lavadeiras pousadas sobre a paisagem, teria, segundo o artista, dito: “Uma coisa linda!”



Humming Birds (Flying)
Foto: Eduardo Ortega



Escultura que Cabe na Palma da Mão (Beija-Flor)
Foto: Eduardo Ortega

Ao que Efrain reagiu nomeando esse conjunto de peças, pois partilhara, por instantes, da sensação de que o pai havia vivenciado uma epifania própria dos artistas. O homoerotismo também acompanhara as pesquisas de Efrain, que tinha em Leonilson uma de suas principais referências. Mas, não só, tal conceito se fundia à sua admiração por Alexander McQueen, Karim Aïnouz, Alexandre Herchcovitch e Caio Fernando Abreu. Em obras como "Homem Flor", "O Observador", na figura de São Sebastião, entre outras, tal vinculação se anuncia. "Aqueles dois", por exemplo, constitui um par de esculturas de 1996 homônimo ao conto de Caio Fernando, no qual dois homens nutrem uma paixão velada em uma repartição na qual trabalham e convivem diariamente.

Certa vez, Efrain me contou que para os beija-flores conseguirem voar com tal velocidade e se manterem parados no ar, seu coração batia muito acelerado. Eu queria voltar no tempo, discordar dos fatos, e refazer aquele primeiro título que atribuí ao texto, “Uma pausa em pleno voo”, rabiscando por cima, revoltado com a ideia de finitude, de pausa, de interrupção de uma trajetória. Não, a pausa nunca acontecerá, o manteremos entre nós, como ele está e sempre esteve: “Efrain, em pleno voo”.



Carneirinho
Foto: Eduardo Ortega

Foto: Thales Leite



Marcelo Campos nasceu, vive e trabalha no Rio de Janeiro. É professor associado do Departamento de Teoria e História da Arte do Instituto de Artes da UERJ. É curador do Museu de Arte do Rio. Foi diretor da Casa França-Brasil entre 2016 e 2017. É professor da Escola de Artes Visuais do Parque Lage e membro dos conselhos do Museu do Paço Imperial (RJ) e do Museu Bispo do Rosário de Arte Contemporânea (RJ). É doutor em Artes Visuais pelo PPGAV da Escola de Belas Artes da UFRJ (2005). Desenvolveu tese de doutorado sobre o conceito de brasilidade na arte contemporânea. Possui textos publicados sobre arte brasileira em periódicos, livros e catálogos nacionais e internacionais. No livro “Escultura Contemporânea no Brasil: reflexões em dez percursos” (Salvador: Editora Caracurê, 2016), Campos revê suas análises e inclui parte significativa da produção moderna e contemporânea brasileira em um levantamento de mais de 90 artistas. Desde 2004, realiza curadoria de exposições em diversas instituições no Brasil e no exterior.

A QUEM INTERESSA SER BRASILEIRO?

TIGANÁ SANTANA

Se, como assevera a sentença proverbial *kongo*, “nações são florestas”, o Brasil, na sua institucionalidade e em grande parte da sua vida média, talvez reivindique uma nacionalidade sem florestas. Subtraem-se as florestas do corpo neste território em que os sonhos-flora e os tempos-fauna são centrais para os desbraseiros, isto é, os adversários éticos da empresa colonial, tais como, justamente, povos da floresta, quilombolas, povos da Jurema, povos de práticas espirituais de matrizes africanas, etc. Os desbraseiros retomam, sim, a perspectiva de se nascer (da rede semântica de “nação” a partir da língua latina) floresta. Mas ser brasileiro é quando ela está em brasa. Interessa sê-lo à monocultura, às transcendências do capital, do Estado e de deus, ao revés da floresta, ao nome que inflige ausências, à correção do curvilíneo, interessa ao método do que não pode variar vivendo, interessa ao que refuta a respiração e as ontologias anárquicas. Estar em brasa não é ser brasa – a descendente da queima que nos apresenta, a miúdo, o sol: estrela diurna que repete o irrepetido. Estar em brasa é um

artifício de negligência, apatia e ação de maledicência. É acreditar mais no suicídio como direito individual do que como dever individual (portanto, direito coletivo); mais no suicídio como desistência do que como nevrálgica questão filosófica – desenho de Camus; mais no homicídio do que no suicídio; mais no paraíso do que no homicídio; mais no paraíso do que na terra; mais no paraíso do que na diástole. Ser brasileiro interessa a quem enfatiza a representação; interessa à metonímia que se crê completa e ao pensamento de morfologia positiva; interessa ao que se defenestrou por ser enigma. Ser brasileiro interessa ao sintoma, à prece e aos vestígios de posteridade; interessa ao bem; ao branco e ao escritório. A floresta é a pergunta, o antinarciso, o traslado da incorporação na extroversão do ordinário. A floresta são florestas, e uma calma translúcida diante da morte ou a agonia das fricções, ser preenchido pelos buracos, um sopro passageiro no frequente. A surpresa do caminho, ouvir em lugar de ver, tocar em lugar de ouvir, cantar em lugar de comer, comer em lugar de participar, dar

em lugar de ocupar, morar em lugar de morrer, e ser o que não falta na palavra, não viver o que não ofertou a linguagem, necessariamente, viver o que se oculta e se desdiz. Florestas são a amizade, o véu, a tábua de marés: o jogo dinâmico do crepúsculo sem gente. Florestas não têm povo, não têm sorte, não têm destino. Florestas acontecem como poéticas do que, com justeza, deslinda-se. Não vêm de outra parte, não têm outro mundo, não são permeáveis, não são profecias, promessas, sulcos nas subjetividades elogiosas. Florestas são presença e dor, festa e ceticismo, não têm esperança, não têm doutrina, não têm vacância. Não são célebres, nem valorizam o ferimento; devolvem o diagnóstico a quem o enuncia. Não são arte, nem o futuro; nem mesmo se contrapõem à barbárie, não negam o ciberespaço, não invertem as identidades, não fomentam a honra e o orgulho. O Brasil não pode compreender isso ou se abandonará para fugir com o circo; para celebrar o que não é metafísico ou pronto. Não pode fazer isso ou não será mais sua autotificação (medicada, sonhando e desperta, indistinguível no edema das aldeias pessoais, na comiseração incriada). Afinal, ser brasileiro é não perceber.

Foto: José de Holanda



Tiganá Santana nasceu em dezembro de 1982, em Salvador (BA). É compositor, cantor, instrumentista, poeta, produtor musical, diretor artístico, curador, pesquisador, professor e tradutor.



DRÁCULA

VALESKA TORRES



ao som de *Vampiro de Madureira*,
de Mc Carol de Niterói

1.

arreganhou os dois caninos
é assim que as luas nascem

2.

vem ninar no meu peito
enruga o meu colo

te mostro o pescoço
quero carinho
mas por trás da pele

3.

é frio os olhos
na penumbra
somos o que somos
sagrados
neste século onde
os bruxos inclinam o tronco
como se fôssemos

4.

no início se fez carne
se fez sangue
músculo
um coração todinho
todinho seu

5.

chupa
faz do sol
meu avesso

Valeska Torres é poeta, escritora, *performer*, educadora e editora. Das 100 pessoas inscritas de mais de 30 cidades no mundo, ela esteve entre as duas escritoras selecionadas para a residência literária Writer in the Park 2024 em Ljubljana, na Eslovênia. Participou como poeta convidada do Mundial Poético de Montevideu, no Uruguai, e do Festival Internacional de Poesia de Rosário, na Argentina. Ministrou diversas oficinas literárias pelo Sesc Rio e pelo circuito de criação literária do Arte da Palavra 2024 – Sesc Brasil. Compõe a antologia “As 29 poetisas hoje” (Companhia das Letras, 2021), organizada por Heloísa Teixeira. Autora dos livros “O coice da égua” (7Letras, 2019), “Plutônio-239” (7Letras, 2022) e “Navalhar o chão com dentadas” (2024), sendo também publicada em diversas antologias, fanzines e plataformas digitais na Argentina, Colômbia, Eslovênia, Estados Unidos, Paraguai, Portugal e Venezuela.

Foto: Viviane Laprovita



TERRITÓRIOS DISSIDENTES:

ENTRE A CIDADE E A FAVELA

GILMARA CUNHA

Propor uma outra lógica de pertencimento à ecologia dos territórios, enquanto percurso criativo para criar outros modos de existir, é um desafio intrínseco quando nosso ponto de partida é o território favelado. Mais ainda, quando esse discurso é traduzido por um corpo dissidente da norma: por uma pessoa travestigênere negra!

Eu me chamo Gilmara Cunha, criada na Maré, trabalho há mais de 18 anos na luta pela promoção de direitos humanos voltados à população LGBTQIAPN+, neste território-casa a qual pertenço e que habita em mim. Independente de qualquer lugar do mundo em que eu esteja, é impossível me desvincular da Maré, que, além de me proporcionar as primeiras referências de morada, também me constituiu enquanto a pessoa que me tornei, delineando as lutas que escolhi lutar nesta trajetória.

Partindo desse território de origem, entendendo ainda que, quando tratamos do conceito de território, estamos entrelaçando a dimensão sociopolítica, indissociavelmente. Estamos, portanto, falando do conjunto das 18 favelas que compõem o território do Complexo da Maré, mas estamos também falando da produção de subjetividades que se constituem nesse contexto.

Tematizar o território da favela, no Brasil, é retomar as questões da violência colonial que não param de ganhar novos contornos diante das atualizações dos modelos de exploração, a serviço de uma política de dominação. O que nos resta como resquícios da experiência colonial é a égide de uma arquitetura de violência e exclusão, que ganha expressão ao disseminar o terror: genocídio, tortura, estupro, encarceramento e escravização, em prol de um sentido de desenvolvimento humano enquanto modelo de civilidade, que é hegemonicamente: branco cis-hétero patriarcal.

As favelas são territórios marcados por mecanismos de segregação, uma vez que são produzidas barreiras invisíveis, gerando efeitos de exclusão desses espaços no tecido urbano, mas também produzindo um imaginário de marginalização e periculosidade das pessoas que ali vivem.

Nesse sentido, é preciso remontar que o processo de surgimento das favelas no Rio de Janeiro está diretamente relacionado ao processo de higienização da cidade, relacionado à demolição dos grandes cortiços, como o Cabeça de Porco, nas obras de modernização do século XIX. A população que fazia desses espaços suas moradas era majoritariamente composta de negras e imigrantes, assim como ainda hoje é composta a população das favelas. Segundo dados do Observatório de Violência LGBTI+ em favelas, 66% da população das favelas são negras.

As barreiras invisíveis que cercam esses territórios e a quem ali pertence estão relacionadas intrinsecamente a processos de violências física, simbólica e material. Ao passo que estão sustentadas nos marcadores de gênero, raça e classe, essas barreiras aumentam de forma diretamente proporcional ao crescimento urbano, num contexto em que as cidades seguem uma lógica neoliberal fundamentada pela primazia das interações mercadológicas.

Percebemos, nesse sentido, que o papel do Estado reitera ausências nesses territórios, no que tange a promoção dos direitos básicos, ou seja, na falta de investimentos em saúde, rede de esgotos, água potável, iluminação, lazer, educação e emprego. Ausências que perfazem processos de violência simbólica, o que é ainda mais cruel quando se traduz a partir de uma experiência de naturalização e reprodução dela por parte de quem pertence a esse contexto.

Ratificando o preconceito, as desigualdades sociais e a exclusão, como movimentos comuns à ordem social, gerando como efeito a manutenção do privilégio branco, o racismo é a produção da vulnerabilidade por parte do Estado, das pessoas que nascem com a marca da morte prematura.

A política de segurança pública se traduz, ao contrário, pela presença do braço armado do Estado nesses territórios. Presença ambivalente quando seu objetivo é marcar a desimportância dos corpos negros que lá habitam. Evidência do genocídio do povo negro, como nos mostra Benício (2019):

A violência letal, no Brasil, atinge o coração humano e a vida dos corpos dos favelados e faveladas, principalmente negros, negras e jovens. São jovens do sexo masculino, pobres, negros, os que mais morrem com a violência letal no país. Aliado a esses dados, está o discurso da “guerra às drogas”, que vai pavimentando ambientes que justificam ações do Estado e formação de grupos armados, articulados com a política hegemônica deste para o assassinato em massa da vida em todas as suas dimensões. (p. 21)

A produção da vulnerabilidade e da precariedade por parte do Estado liga-se de forma intrínseca a uma cidade que é dividida pela segregação. Onde o mesmo discurso neoliberal que fomenta o processo de desenvolvimento e modernização das cidades-empresas, em função da circulação de capital que respalda os grandes empreendimentos e planejamento urbanístico, restrito à parcela da população a quem é permitido o *status* de civilidade aos moldes branco cis-hétero patriarcal; em detrimento da parcela da população que, pelas marcas do racismo e do classicismo, será aquela que performará a periculosidade enquanto único modo de pertencimento a essa cidade bipartida.

A lógica da periculosidade produzida pelo contexto de desigualdade social e racial imposta nesse cenário surge concomitantemente o discurso de segurança pautada no controle, propondo uma ideia de proteção ancorada no patrimonialismo, ou seja, proteção à propriedade privada. A dinâmica da punição será o mote midiático para tornar o terror dos assassinatos da juventude negra, por parte do Estado, aceitável, assim como para justificar o encarceramento em massa, a tortura, etc. Discurso orquestrado de modo a legitimar a violência e naturalizar a brutalidade em territórios de favela.

No Brasil, as organizações da sociedade civil já têm, fartamente, demonstrado como o discurso de guerra contra as drogas e as interações com o crime organizado legitimam a violência extrema, operações policiais abusivas, uso excessivo da força e execuções extrajudiciais nas periferias e favelas das grandes cidades, apresentando como principal vítima o jovem negro. A adoção de práticas de extermínio contra a juventude negra é uma face contundente do capitalismo sangrento no Brasil. (...) enquanto a face visível do regime de dominação é a defesa da segurança pública contra os suspeitos de costume. [p. 74. CRIOLA, Rio de Janeiro, 2022]

Ao nos depararmos com um contexto de violência brutal, no qual o cenário de dominação parece não apresentar saídas possíveis para outras possibilidades de leitura de mundo, é preciso recorrer à memória ancestral. Essa que apresenta desde sempre alternativas dissidentes de produção de existências ao povo preto para além do socialmente imposto.

Alternativas que se abrem enquanto brechas, frestas de luz, abertura de fissuras, em territórios solidamente construídos pela dominação, expropriação e espoliação. Fontes criativas de refazimento de si a partir de referências que não estão colocadas. O refazimento tem a ver, paradoxalmente, ao processo de esquecimento de toda estrutura colonial a qual fomos forjados (Rufino, 2021).

Acionar a memória e a ancestralidade enquanto tecnologias políticas ancestrais, de saberes marcados por lógicas dissidentes à subordinação, tais que transgridem os limites supostamente impostos, independente da violência e do desencanto. Nesse sentido, estamos abarcando as dinâmicas do envolvimento em contraposição às lógicas do desenvolvimento, estamos apostando nas políticas de vida em contraposição à produção da violência e da morte.

Para se conectar com a tecnologia ancestral, convocamos outros elementos e invocamos novas dinâmicas que priorizam a coletividade e o aterramento. As políticas de vida que clamamos visam seguir na contramão dos pré-requisitos das agendas hegemônicas, contrariando o individualismo neoliberal à potência da ação coletiva, fator determinante no contexto das favelas que vem sendo contundentemente desacreditado.

O cenário de privação descrito fomenta o imaginário do senso comum que apresenta a favela apenas enquanto cenário precário, mas é exatamente na ausência do Estado que são possíveis articulações coletivas contundentes, como forma de traçar um plano coletivo não apenas de sobrevivência, mas de pulsação criativa, responsáveis por construir tramas de sobrevivência a partir de tecnologias ancestrais, logo coletivas, superando os estereótipos e, sobretudo, estremecendo as dinâmicas de dominação.

O envolvimento coletivo da população favelada diante de situações limite produz re-existência e potência para não apenas intervir no tecido social, exigindo mudanças estruturais nas dinâmicas de opressão, mas, sobretudo, tensionando um projeto participativo, horizontal e qualitativo que promova o direito à cidade e a superação das desigualdades, enquanto um presente em construção e um futuro efetivo.

Referências:

CRIOLA. Racismo, Violência e Estado: Três faces uma única estrutura de dominação articulada – abordagem conceitual. Rio de Janeiro, 2022.

GRUPO CONEXÃO G DE CIDADANIA LGBT DE FAVELAS. 1º Dossiê Anual do Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas: violação dos direitos e episódios de violência contra pessoas LGBTI+ de favelas. RJ, 2023.

RUFINO, L. Vence-Demanda: Educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

BENÍCIO, M. Todos os mundos. Um só mundo. Uma maré de cidade: Violência, espaços públicos e intervenção urbana. Dissertação. PUC-RJ: 2019.



Acervo pessoal

Gilmara Cunha, motivada ativista pela justiça social e fundadora do Grupo Conexão G, ONG que trabalha em prol do LGBTQIAP+ nas favelas do Rio de Janeiro, lutando por justiça e igualdade entre as pessoas LGBTQIAP+. Com 17 anos de experiência em liderança e direção, ela é referência para discussões sobre esses temas, trazendo visão e liderança de pensamento, liderando com sucesso diversas operações enquanto aumenta a base de clientes, receita e equipe. Apaixonada por construir soluções para alcançar os direitos LGBTQIAP+ e soluções para questões LGBTQIAP+. Pioneira ativista influente com um histórico exemplar de cultivar talentos e dirigir equipes coesas e focadas. Hável em estabelecer e manter parcerias estratégicas para gerar oportunidades de negócios essenciais para pessoas LGBTQIAP+.



MANIFESTO POR UM BRASIL TRANSVIADO

AMARA MOIRA



Ainda tem quem acredite que LGBT é coisa recente, babadinho dos últimos, sei lá, cem anos, equê que só cola porque fazem a egípcia pros abalos que a gente vem aprontando aqui. Querida, vocês acharam mesmo que ocós e monas só agora descobriram que edis servem pra mais do que desaqüendar a nena? Que amapoas nunca cogitaram que racha com racha podia ser bem mais babado que aqüendar o baco com qualquer ocó?

A lei, nos três primeiros séculos da colonização, mandava as gatas pra fogueira e nem assim as bonitas sossegaram o facho, mas as histórias babadeiras desse período, cadê? Levaram aquele belo chá de sumiço e ó o motivo de o povo jurar que bicha é novidade, modinha importada da Zoropa e EUA, passada! Hora de puxar o tapete desse povo e mostrar uns bafões que estavam escondidos ali.

Tibira do Maranhão, por exemplo. Metá-metá indígena que, não se sabe se só por aqüendar os boys magia todos na São Luís recém-fundada pelos franceses, ou se por, além disso, ainda fazer a linha garota, dando pinta onde quer que andasse (a bicha arrasava, o picumã dela batia na bunda), bom, uma hora a Igreja achou que já tava demais e fez a mafiosa com ela. Sabem como? O viado foi amarrado na boca de um canhão, aí deram um disparo e despedaçaram seu corpo, uó. Primeira vítima fatal da LGBTfobia registrada no Brasil, 1614. E tudo em nome de Deus, cê jura!

Falei que tinha história babadeira, mas não que eram bonitinhas. Memórias nossas, quanto mais cacuras elas forem, mais desgraça. Pensou que memória fosse aquele castelo medieval odara, todo trabalhado no *close*, cheio de turista tirando *selfie*? Que nada! Tá mais é praquela prédio barroco tombado, caindo aos pedaços, o doce pra reformar, aí a prefeitura e os ocós bem do aqüé ficam só de ojum esperando o desmoronamento pra poderem fazer, no lugar, um *shopping*. Memória é o cão, bicha... ela dói, ela ocupa espaço, fica te gongando, mas agora que cê pediu pra eu contar, aguenta.

Outra dessas pioneiras foi a Xica Manicongo. O viado tinha sido escravizado em Salvador, mas era vicioso horrores, não podia ver dúndi que já se lançava (dos irmãos é que ela gostava... funfum, xocotô!). Só que tem mais, qüenda. Oxó de escravizado era aquela coisa, né? Que oxó de ocó o quê, nem isso, era um chocotê uóssime. Mas tinha uma tradição antiga na terra dela, o Congo, aí quem fosse trava tinha um jeito babadeiro de aqüendar o oxó e ela não me deu esse trucão logo aqui? A endaca de afofo óbvio que chegou nos alibãs do Ilê de Aleluia e a gata, quando intimada a depor, fez a pêssega. Deixou de dar esse truque no oxó pra não virar espetinho de mona, mas, no sigilo, seguiu fazendo as necas todas que ela queria. Primeira mona de equê da história do Brasil, a bicha era destruidora mesmo.

Acha que acabou? Na mesma Inquisição da Xica, uma monocó foi caguetada por passar o rodo nas rachas de Salvador. Tava sempre na intenção e a gata tinha axé, porque quero ver uma que me resistisse. Vinha na conversinha, dava aquele regalo, abraço, beijo e quando viam, olha as duas no maior xaxo. Fazer fren-tinha na cama é o que ela mais gostava e era descarada, falava abertamente das conquistas dela, mapôs casadas e solteiras, as aqüezadas

e as pocs, até rachas de um mosteiro, pra você ter ideia. Acabou dançando, lógico. Levou coió dos alibãs em praça pública, aí deram a elza em tudo o que ela tinha e ainda mandaram ela dizar da Bahia. Mas deu o nome. Felipa de Sousa o nome da mona, aliás.

Será que a gente vai viver pra ver essas boni-tas virando heroínas do Brasil? Tomara, pas-sou da hora.

Foto: Cintia Antunes



Amara Moira é travesti, feminista, doutora em teoria e crítica literária pela Unicamp (com tese sobre as indeterminações de sentido no *Ulysses*, de James Joyce) e militante dos direitos de prostitutas e pessoas LGBTQIA+. Tem inúmeros artigos publicados sobre gênero e literatura, com foco em releituras feministas do cânone e na presença LGBTQIA+, sobretudo T, na literatura brasileira. É autora, entre outras obras, do livro autobiográfico “E se eu fosse puta” (2016), do capítulo também autobiográfico “Destino Amargo”, presente em “Vidas Trans – A coragem de existir” (2017), e do monólogo em bajubá “Neca”, incluído na antologia “A Resistência dos Vagalumes” (2019) e republicado em “Neca + 20 Poemetos Travessos” (2021), junto com a sua produção poética sobre vivências travestis. Ministra palestras, cursos e oficinas em instituições como Masp, MAM-RJ, Casa das Rosas, além de inúmeras unidades do Sesc e universidades do país. Atualmente reside em São Paulo, capital, é colunista do UOL Esporte e da Fatal Model e é coordenadora no Museu da Diversidade Sexual.

VIVA O CORPO DIVERSO!

LEANDRA CALEIDOSCÓPICA

Sempre fui olhada, "esquartejada", detalhada...
Sempre fui cochichada, fofocada, julgada...
Poucos se aproximavam para me conhecer.
Sempre fui tolhida. Sempre fui quebrada.
Sempre senti dor.
Sempre me senti presa a um corpo infantilizado.
A um meio corpo.
A uma meia "criança-menina-mulher".
A algo indefinido...
Meu corpo sempre foi "fraco", intocável.
Meus desejos sempre estiveram no mais profundo poço do "inatingível".
Pecado tocar. Errado querer. Feio.
"Eu nunca pude dizer porque estou aqui."
O que sou.
O que desejo.
O que espero.
O que luto.
O que preciso mostrar.
Hoje quebro. Mas não o corpo.
O que ele realmente é: essa massa una entre alma e carne.





Entre desejo e pudor.

Entre a vida e a morte.

Entre explosão e dor.

Entre prazer e abrigo.

Entre eu e muitas pessoas que moram em minha alma.

O corpo de uma mulher é múltiplo.

É preciso mostrar ao mundo cada pedacinho que pulsa em corpos diferentes.

São bocas em cabeças tortas, pernas grossas e curtas, bumbum arrebitado, coxas arredondadas e cheias de ruguinhas "infantis", púbis ardendo de tesão, seios pequenos em um tronco pequeno demais.

Não há cintura, não há quadril definido.

Não há pernas finas e compridas.

Não há balanço das cadeiras.

Não há andar sensual.

Não há minissaia que leva ao "mistério escuro".

Não há uma mulher padronizada, robotizada, perfeita!

Não há o esperado.

Há outra possibilidade de ser mulher inteira com todos os sentimentos e sentidos que pulsam do corpo de alguém que sempre foi quem é, mas tinha receio de se assumir.

Amar e ser amada trouxe força a minha alma para conseguir me libertar da sociedade que sempre me tolheu.

Hoje me sinto bem do jeito que sou.

Sou diferente, sim! Chamo a atenção. Mas quem não é? Quem não chama?

Eu não posso engravidar, mas tenho o direito de ser mãe tendo uma deficiência física!

Eu não posso dançar flamenco e tango, mas tenho o direito de me arrepiar quando vejo os corpos se unirem com a alma a cada passo dos bailarinos.

Eu não posso fazer amor com tanta volúpia e em posições que sempre sonhei, mas posso ter orgasmos estupendos!

Eu não posso sentir meu corpo mudar, ao abrigar um novo ser em meu ventre, mas posso amar – incondicionalmente – as crianças que habitam o meu coração.

Eu não posso amamentar um bebê quentinho em meus braços, mas tenho muita seiva escorrendo, pelos fios da minha alma, para alimentar espíritos sedentos.

TODAS as pessoas com deficiência podem ser felizes do jeito que são!

Têm total direito de serem amadas, desejadas, queridas, seduzidas e, principalmente, de se apaixonarem pelos seus corpos.

Têm o total direito de se sentirem confortáveis dentro deles e exalar felicidade pelos seus poros, como eu estou fazendo agora!

Foto: Carol Vidal



Leandra Caleidoscópica é poeta, escritora, jornalista, e ativista em Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência desde 1998. Formada em Comunicação Social pela Universidade Anhembi Morumbi em 1999; e em Jornalismo Literário – Narrativas Biográficas na EPL – Educação, Comunicação e Desenvolvimento Humano em 2018. Realizou Oficinas de Escrita Criativa e de Crônicas de 2015 até 2017 no Sesc Pinheiros e Curso Livre de Preparação do Escritor na Casa das Rosas em 2019 em SP. Hoje coordena a @coletivagirassol, realizando oficinas e cursos sobre Escrita de Memórias, Biografias e Autobiografias e atua como professora *on-line* do “Curso Diversidades” no Instituto de Psicologia Sedes Sapientiae desde 2019.

POESIA

POESIA É PRAÇA:

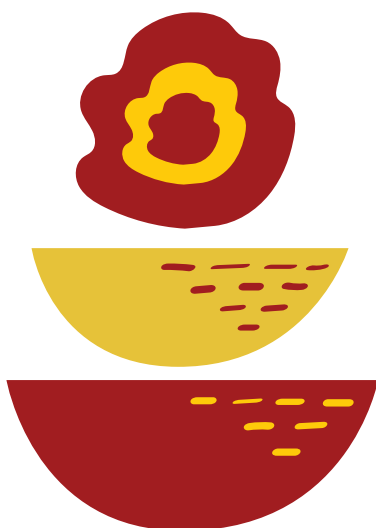
FOFOCA, ARTESANATO, ESPORTE E QUIROMANCIA

HEYK PIMENTA

1

"Poesia não compra sapato, mas como andar sem poesia?" Esse poema curtinho, de Emmanuel Marinho, era recitado pelo coletivo Poesia Maloqueirista na primeira década de 2000. Uma vez me perguntaram o que eu fazia pra viver. Respondi que dava aula. "Isso você faz pra ganhar dinheiro, mas o que você faz pra viver? Respondi: "Poesia".

Durante bastante tempo, quis viver disso, pagar as contas, no caso. Vendendo livro até estourar, virar um fenômeno; encartando livro de poesia num jornal; fazendo letra de música, me inscrevendo nos prêmios todos. Ganhei meia dúzia de cachês no começo dos anos 2010, ganhei dinheiro para pagar o aluguel vendendo poesia na rua, cantando em ônibus, vendendo pelo correio.



2

Em 2004, num domingo, minha mãe me levava de carro para Araras (SP), eu tinha 17 anos e trabalhava na Federal-Mogul, metalúrgica estadunidense que fabrica peças de reposição para carros no mundo todo. Todo domingo eu saía de Artur Nogueira (SP) e ia para meu quarto alugado em Araras, que ficava pertinho da Nestlé e tudo cheirava a café solúvel. Eu dividia casa com meninos e homens que estudavam na Uniararas, todos da área de saúde. Minha mãe me olhou e disse que tinha se enganado, ela não deveria ter estudado matemática, mas psicologia, porque gostava de escutar as pessoas, pensar saídas com elas. A essa altura, tinha 44 anos. Aqueles domingos eram melancólicos, me debatia entre quatro cidades da região toda semana. Quase na sequência, enquanto o carro estacionava, não me lembro da cor da casa, eu disse que queria ser escritor, porque poderia viver em qualquer lugar, escrevendo e mandando os textos para os jornais e revistas.

3

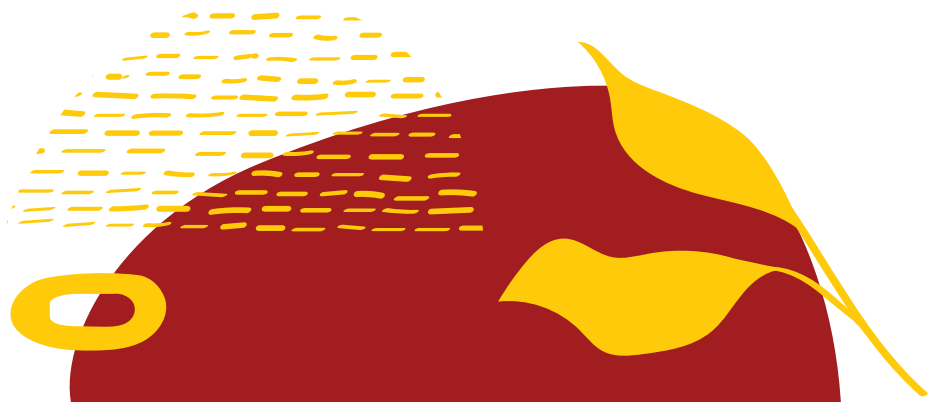
Quando resolvemos fazer a Oficina Experimental de Poesia, queríamos tirar a poesia da caixa preta, do gênio, do talento e aproximá-la do trabalho, do código aberto, do ofício do sapateiro ou do funileiro. Daí a principal ferramenta produzida por esse coletivo ter sido a “lanternagem”.

4

Chacal, um dos maiores motores da poesia no Rio de Janeiro dos últimos 50 anos, pegou um mundo terrível e riquíssimo. Não havia grana para poesia no início dos anos 1970. Se houvesse, não seria ele o contemplado, porque uma coisa nova estava sendo gestada nos seus mimeógrafos. Ainda não era considerado poesia. As plaquetes vendidas nas saídas dos *shows* e do cinema serviam para pagar a passagem, para levá-lo para fora da ditadura, para outras tramas e transas. O mesmo Estado que não financiava a poesia caçava os poetas. Como trabalhar com um cachorro no seu encalço? Para o Chacal, fazer poesia não é trabalho, trabalho massacra, é coisa de careta, é coisa para fortalecer o capitalismo. *Lavorare stanca*. Já a arte liberta.

5

Claudia Roquette-Pinto foi chamada de herética, acusada de não ter virtude intelectual, elitista pelo material com que trabalhava, “nem parece que você mora no Rio de Janeiro, mas numa torre de marfim”. Contra as acusações, Claudia arrisca: “Primeiro, eu era casada. Esse é um dado de realidade. Você ser mulher, poeta, burguesa, branca, casada, com filho, você não escreve tudo o que quer. Combinado? Não escreve. Você, para escrever, desvia, vai rodando, vai de ladinho, tem uma coisa repressiva qualquer que impede o lugar da poesia, que é o lugar do desejo, é uma coisa crua. O desejo tem que estar muito vivaz, tem que ser muito corajosa para entrar em contato com aquilo, abraçar aquilo com tudo. Aí quando você tá casada, você é uma mulher, é mãe de filho... alguém pergunta: Mas seu filho vai ler esse livro?”





6

Hoje mesmo, Salgado Maranhão me disse que fazemos poesia e fazemos isso por ela, pela poesia mesmo, porque sabemos que temos um propósito, que isso é por um motivo maior. Se não tiver passagem de avião, eu vou a pé, disse Salgado. Uma postura abdicativa para com esse trabalho. Muita gente espera isso, por exemplo, dos profissionais da saúde, ainda mais dos professores, uma relação de santidade com a profissão. Como se eles não precisassem de dinheiro. Mas como andar sem poesia?

7

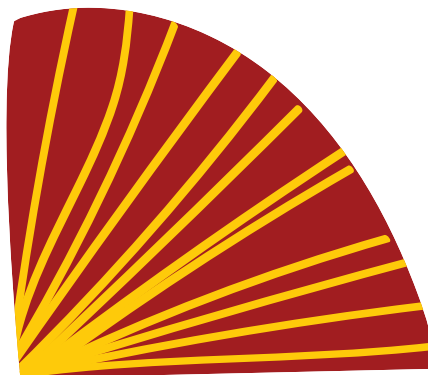
Eu também tenho dito por aí que a poesia é como se fosse uma igreja para mim, onde me conecto com minha comunidade e identidade. Como numa missa ou numa obra paroquial, dedico as horas que posso a ela sem pedir nada em troca. Nem eu acredito nisso.

8

Os *punks* faziam fanzines, aprendi com eles. Eles vendiam na rua. Não aprendi com eles. Não gostava da coisa ostensiva. Mas encontrei gente que sabia vender com a elegância do padeiro que passa de bicicleta na frente da sua casa: "Trouxe pão, tá quentinho! Vai querer pão hoje?" Oferecer o que se tem de melhor. Ganhar dinheiro com isso. Giovani Baffô, sábio em tudo, vendia: "Compra meu livro, moça, você vai se dar bem", era uma promessa. "Estourei com este livro aqui, amigo, tá bom demais, pode levar. Este é bom". A dignidade do caixeiro viajante. Existe? A dignidade do seu Darcy, que parou diante de mim e da Anele com uma mula rajada e, lá do alto, tirou dois queijos maciços e curados de dentro de um balde de plástico coberto com um pano de prato: "Vai comprar queijo hoje?". Vamos sim.

9

A especialização, a gestão de conteúdo, a mentoria para escrever projetos, as oficinas, a assessoria de imprensa, o jogo entre trabalhar de graça, muito, e não achar justo fazer os amigos trabalharem de graça com você, nem para você, dedicar o tempo a entender como se comunicar com editores, com youtubers, com críticos, com outros escritores, ser o embaixador de um país pobre e desconhecido, atuar na cracolândia das artes, olhar o *e-mail*, o Instagram esperando uma mensagem que acalente, ficar com medo de ter perdido o trem do futuro, acompanhar as revistas, as páginas, os perfis, usar a tática dois sem querer, seduzir, encantar, parecer um malandro, um carrasco, um coelhinho, um neném, um acelerador de partículas, ser a coisa mais esquizoide do mundo, tudo isso a depender do gosto do fre-quês, do que se pode conseguir com isso, usar maquiagem, ir à TV, escrever pros conhecidos “tem trabalho aí?”. Todos os dias. Dá tempo de escrever?



10

Em 2007, no canteiro das obras de restauração do Museu Nacional de Belas Artes, enquanto eu firmava uma furadeira martetele de 7 kg contra uma das colunas da fachada, conheci Luz Macalé, poeta e servente de pedreiro, na época com 60 anos e uma fama por falar muito bem seus poemas em palcos de sindicatos pela Baixada Fluminense, “desde as Diretas Já”. Ele me disse que dava, sim, pra viver de poesia, dependia da verve do poeta.

11

Mexer com a poesia pensando em trabalho é bem joia e vem acompanhado de uma ambiguidade, no mínimo. Voltando à Oficina Experimental de Poesia, percebíamos que a energia empenhada para manter o coletivo em pé era tão grande ou maior do que a para tocar o trabalho individual com poesia ou até para realizar as ações da Oficina. O tempo das relações, o trabalho exigido pelas relações, esse é volumoso.

12

Quando vi o perfil @palavratrabalho no Instagram, fiquei pensando que a Gabriela Perigo coloca muita coisa boa pra rolo. A Gabriela flerta com os modos de fazer: o primeiro livro foi feito à mão, impresso em uma gráfica ocupada. Uns anos antes, ela era articuladora do coletivo Norte Comum e aluna no Colégio Pedro II. Muito rápido a vi testar poemas, colagens, sobreposições via hotglue.me, era uma confusão inteligente, imagens que nos oferecem o risco de passarmos batido. Textos. Oficinas vieram daí, outras vieram de outras coisas. Tem um negócio da obra total quando a Gabi trabalha. Pensando formas de vir a público. Nesses dias, ela inventou que fará 1.500 nãos. Assinados. Vendidos por 11 reais. Na última semana, mandou avisar que vai vender poemas escritos à mão, individuais, para você ter em casa.

13

Sabemos que toda transformação intencional da natureza causada pelos seres humanos é trabalho. Até fazer merda é trabalho. Mas talvez o trabalho mais difícil, provavelmente o que nos fez humanos, foi nos mantermos em comunidade. Os membros do coletivo Dolores Boca Aberta, na zona leste de São Paulo, atuam nas duas frentes. Contemplados com o Prêmio Shell por um lado, mas não têm sequer constituição jurídica, seus membros são professores, quadros de movimentos sociais, assessores de vereadores de esquerda, poetas. A sede é uma ocupação em um terreno dos antigos clubes da comunidade, projeto descontinuado pela prefeitura da capital.

13.1

Ao lado do galpão reformado e equipado pelo coletivo, jogam bola trabalhadores paraguaios em um dia, bolivianos em outro. Organizam-se assim por segurança. Mas em junho estavam todos pintando a quadra, em revezamento ou juntos, inclusive os Dolores, que não usam a quadra. Nenhuma das várias ocupações do espaço se comunica muito, mas estão ali, juntos.



13.2

Agora tem um contêiner na frente do terreno, é a Biblioteca Vento Leste de Poesia, quem toca é o poeta e educador popular Tiago Mine, que conheci vendendo poesia na rua, ele e eu. Entre as muitas, ele leva autores ao espaço uma vez por mês para lerem seus livros na íntegra, se chama Sarau do Livro Inteiro, um irmão da Balada do Livro Inteiro, que acontece no Rio de Janeiro.

13.3

Bom, como vivem? Vivem de suas outras profissões e, há 25 anos, tocam o Dolores, sabe deus com que força, mas também leis sólidas e estruturadas de fomento à Cultura São Paulo tem. Ao mesmo tempo, a depender delas, parece que nenhum artista pode ganhar mais de 3 mil reais, me disse a Erika Viana, fundadora do grupo. Perrengue para lá, perrengue para cá, há uns cinco anos, os integrantes da Cia compraram um terreno em Guaianazes, apelidaram de Comuna, racharam o preço e agora estão terminando suas casas, a maioria já dentro delas com bichos e filhos.

14

Como os outros ofícios artesanais, fazer poesia, como disse Silviano Santiago, exige do poeta que aprenda o ofício. Fazer poemas como quem faz sapato, vigas, como quem pinta os rococós das carrocerias de camionetas e charretes. Acontece que esses ofícios não podem concorrer com a produção em massa, então se tornaram bibelôs para ricos, dada sua escassez; objetos que conferem sentido para suas comunidades; ou gambiarras produzidas pela pobreza. Para quem quer trabalhar, artesão?

15

Os *beatniks* davam só o trabalho braçal para o capitalismo, topavam trabalhar em barcos de pesca, não em escritórios. Cada realismo socialista promoveu a sociedade que queria ver dentro dos poemas. Muitos dos nossos poetas, na ausência de herança, foram para as universidades, as embaixadas, para o funcionalismo. Nós, poetas de gabinete. E quanto tempo sobra para escrever?

16

Os bate-bolas não ganham edital nem vivem de fazer as suas fantasias. Os reisados, os congados duram um século, ninguém ganha nada com isso. Mas ganha. Cada viola de cocho, cada tambor esticado, cada chapéu de fita sobrevive como festejo, mas é constituído de trabalho, dedicar trabalho à comunidade deve ter algum feitiço. Um jogo que atualiza as coisas.

17

O canto mais bonito do samba do Didi, em Recife, é de um baixo profundo que encosta a carrocinha de balas no depósito ao lado antes de começar o set.

18

Talvez só seja possível profissionalizar aquilo que tem saída na vendinha. Todas as outras coisas são feitiço, ou jogo.

19

Quem deseja o que você fabrica?



Foto: Acervo pessoal



Heyk Pimenta é poeta. Publicou *Se te amarrarem na estrada* (Garupa, 2021) e *Coração fodido* (Caiaponte, 2021). Idealizou projetos literários dedicados à curadoria, difusão e recepção crítica de obras contemporâneas. É professor do Colégio Pedro II e integra a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

CARQUEJA AMARGA

MONIQUE MALCHER

Só o bicho que recusa dizer seu nome pode
carregar o que minto suportar.

Paralisada na cama, permito a câimbra na per-
na do não dito com a peixeira que abre o cor-
po do tambaqui. Somos um só na última ten-
tativa dentro da bajara. Estou variada, cabeça
mole, não sei, minha mãe, o que preciso pra
este corpo, estas vestes não me cabem, esta
família da terra que não me ouve, essa viga
que não sustenta, o alimento apodrecendo e a
mão não tempera vida.

Tambaqui cortado não nada.

Os dias são essa teia de atos em que os cuida-
dos de minhas escolhas e afetos estão por ou-
tras e tantas paragens, menos as minhas. Lhe
busco no mundo inteiro e me esqueço. Minhas
mazelas não recebem olhos ou cobertores das
ervas e palavras que fui ensinada que encruam
nas unhas.

Fiz na fervura das distâncias um banho e chá da
carqueja tão amarga de tudo que assucedeu, o
futuro vem de outro jeito e peço, mesmo que
não seja de pedir. Sinto a vergonha de dizer me
ajuda. Agora sou mulher que vai aprender a cui-
dar desta arquitetura que me rege, este corpo.
Levanta, grita o bicho de sua tumba. Levanta de
suas desgraças e vem dançar a cura, que che-
ga pelas margens de suas próprias mãos. Que
desce pelos caminhos juremeiros. Sente, que é
hora, minha filha. Uma hora chega a hora do
sentir, e findam as fugas de si.

Acesse e confira o vídeo



Foto: acervo pessoal



Monique Malcher é escritora, artista plás-
tica e antropóloga nascida em Santarém,
interior do Pará. Doutora interdisciplinar
em Ciências Humanas (UFSC). Hoje resi-
de em São Paulo. Tem um livro publicado
chamado “Flor de Gume”, com edição de
Jarid Arraes. O livro foi ganhador do Prê-
mio Jabuti de Literatura 2021 na categoria
Contos. A escritora é a segunda do Norte
a ganhar um Jabuti no eixo literatura em
65 anos de premiação. Em 2023, o livro
foi homenageado em Boston nos eventos
das bibliotecas Cambridge Public Library e
Boston Public Library, além de ser tema de
turmas de estudos de gênero em Harvard.
Em breve, Flor de Gume será publicado em
espanhol pela Fondo de Cultura Económi-
ca. E, em 2025, seu novo livro, Degola, será
publicado pela Companhia das Letras.

MÃES PRETAS SÃO
/ COMO PÁSSAROS...

PLANTA E
/ NINGUÉM VÊ...

PRISCILA OBACI

me deixe cuidar de meus filhos
dar colo
mimos
sorriso pelas manhãs
me deixe voltar para casa todos os dias
fazer dever da escola
acarinhar o rosto depois do futebol
ver a magia da minha criança
como pipa que dança no céu
não quero que ele cresça ao léu

me deixe oferecer o leite que brota
com o tempo de quem pode cuidar

eu quero ficar aqui desse lado da ponte
buscar outras fontes
de dinheiro e dignidade
o amor de perto, aqui não é vaidade
é continuidade
possibilidade de resistir
você ainda com esse negócio de exclusividade
e o tempo vai passando, avançando a idade
e nunca posso cantar para ele dormir
que alegria seria se pudesse como você
escolher
entre ficar ou voltar para o trabalho
aqui não tem essa
nasceu e já vem a pressa
vislumbrar um atalho para sobreviver

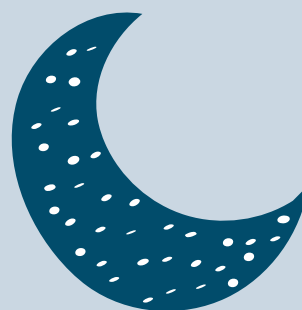




esse modo de criar, diz que é humanizado
mas talvez só sirva para quem foi carimbado
na prática, até seu cachorro é mais amado
que minha cria
para vocês a vida dela pouco importa
é a carne mais barata
tanto faz
o bom mesmo é ser vegano, comer orgânico
e lutar para o agronegócio desaparecer
estamos de acordo
mas quem pode escolher o que comer?
daqui comemos o que tem
o que sobra nos caminhões de lixo
fome é um monstro impactante
imagina uma Mãe vendo o choro de cinco
a saída é roubar miojo e refrigerante
e em questão de instantes
se tornar a maior meliante que a sociedade já pode ver
é que povo preto aqui ainda é visto como bicho
aquela espécie que só pode estar presa ou morta
extinção
o maior sonho da Dona Eugenia...

quem diria, minha senhora...
o ano é 2021 e nossas sementes ainda continuam furando a terra em direção ao sol
mesmo com suas águas contaminadas de ódio

Ei, Mãe Preta!
só nós podemos ser sombra e água para nossos frutos
chega de plantar em outras terras
vamos regar nossos canteiros
alimentar os laços
e ver florescer
amanhecer florestas de baobás
não há vento que derrube
serra que corte
digamos não à morte
só o nosso ventre pode transcender



dentro do impossível parimos novas chances
desenhando
colorindo
almejando outros alcances
sendo a poesia invisível da Maternância Preta.

Foto: Naná Prudêncio



Priscila Obaci é artista e educadora. É uma pessoa vivendo com HIV desde 2018. Mãe de Melik Rudá, 8 anos, e Bakari Mairê, 6 anos. Transita entre teatro, dança e poesia. Formada em Comunicação das Artes do Corpo – PUC-SP. Professora da Dança Materna na modalidade gestantes e mãe e bebê. Matrigestora de “KISÂN-SI – Consciência corporal para Mães – Bebês – Pais” e “Xirezinho – brincando com a natureza”, atividades sensoriais/lúdicas que têm o candomblé como base pedagógica e filosófica. Integrante do Instituto Umoja de cultura popular preta. Autora de Xirezinho – Coleção das Águas (2023 – Ed. Oralituras), Poesias Pós-Parto (2020 – Ed. Oralituras) e A Calimba e a Flauta, em coautoria com Allan da Rosa (2012 – Edições Toró).



RIO DE JANEIRO:

TERRITÓRIO DE COMPLEXIDADES

FABIANA VILAR

Todas as pessoas são fruto de um território.

umas terão com ele uma relação que se estenderá durante toda a vida, outras irão se desconectar de sua origem. E ainda existirão aquelas que se reconhecerão como uma composição de pequenos fragmentos de todos os territórios onde fizeram morada e foram atravessadas por vivências e conexões.

Quando o território é tratado apenas como espaço delimitado, são imediatamente sugeridos critérios de valoração: do bom e ruim, do desenvolvido e do subdesenvolvido, do seguro e do perigoso, do turístico e do que deve ser ocultado – para não prejudicar a imagem e o lugar de desejo.

Nesse contexto, o Rio de Janeiro é, em si, um território complexo, múltiplo e controverso.

O estado, que é vendido com as imagens de Cristo Redentor, calçadão da orla de Copacabana e Pão de Açúcar, oculta inúmeros outros territórios de grande riqueza histórica e cultural.

Ao longo dos séculos, o processo urbano articula a centralidade em que se concentram as atividades comerciais e financeiras de maior impacto. E nessa centralidade também se concentram os recursos e investimentos.

Empiricamente, observamos uma desigual oferta de equipamentos culturais e de opções acessíveis de lazer e entretenimento para a população de zonas afastadas da região central e da zona sul do estado, local nobre sempre retratado nas imagens turísticas.

Somado a isso, a mídia constantemente reforça atributos depreciativos das zonas periféricas, especialmente dos territórios suburbanos, das favelas e da Baixada Fluminense, caracterizando esses espaços como dormitórios, dando ênfase aos casos de violência e escancarando situações de alta vulnerabilidade social, econômica e ambiental. É evidente que essa exaltação da negatividade afeta diretamente a autoestima da população vivente desses territórios.

Mas aqui queremos falar de um território além.

Não só de onde se faz morada e transita.

Aqui, território foge a lógica de delimitar um espaço por meio de relações de poder.

Aqui, território se amplia na condição de pertencimento que revela identidade, memória e afeto.

Indo na contramão da via pejorativa, o Sesc RJ busca, pautado em sua política cultural, uma atuação continuada junto a muitos desses territórios por vezes estigmatizados, no intuito de oferecer uma programação democrática e acessível, e também comprometida em valorizar os fazedores de cultura do seu entorno.

Gerar visibilidade a essas regiões e comunidades significa contribuir na reescrita de narrativas, na reivindicação de identidades, com o intuito de promover o protagonismo histórico e cultural, além de preservar a memória e gerar dinâmicas de afeto e pertencimento.

Muitas vezes, a única presença enquanto equipamento cultural no oferecimento de atividades formativas e de fruição de forma sistemática nesses territórios é do Sesc. E, por essa razão, se torna imprescindível desenvolver projetos e ações que valorizem as memórias, sentimentos, histórias, experiências pessoais e potenciais do território, requalificando a imagem desses espaços.

A partir dessas trocas, nosso desejo é que o público reconheça os laços afetivos e as memórias que os constituem, ampliando as dimensões simbólicas, moldando a forma como habitam, agem, apropriam e se orgulham do seu território.

Queremos aqui, neste espaço, compartilhar cada vez mais um pouco do que temos realizado junto com os artistas e com o nosso público nesses territórios.

Nesse sentido, de trazer ao centro os diversos territórios através das palavras, a Paquetá traz consigo a infinidade de palavras que poderão ser colocadas no mundo.

Esperamos que você siga com a gente nessa jornada.

Foto: registro institucional



Fabiana Vilar é atriz, curadora, produtora e gestora cultural. Atualmente é Coordenadora de Cultura do Sesc RJ, instituição na qual trabalha desde 2013.

AGENDA PULSAR

Criado em 2021, o Edital de Cultura Sesc RJ Pulsar foi concebido com a proposta de reativar o setor cultural, gravemente impactado após a pandemia da covid-19. Seus objetivos foram reconectar o artista com os espaços de apresentações culturais, intensificar as oportunidades de encontros da classe artística com um público diverso e impulsionar o fazer artístico em todas as suas esferas e potências.

Desde então, vem se consolidando como uma das mais importantes ferramentas de incentivo à cultura do país, dedicando-se a fomentar e apoiar a produção artística e cultural em suas diversas manifestações, comprometendo-se com o estímulo aos processos artísticos consolidados e em desenvolvimento, com a formação de público e com a inclusão social. Assim, conseguimos garantir a seleção e participação de projetos de todos os estados nas diferentes linguagens, em realizações de exposições, apresentação de obras audiovisuais, espetáculos teatrais e circenses, apresentações de dança por meio de circulação de espetáculos, temporadas inéditas, realização de saraus literários, *shows* em diferentes gêneros, intervenções artísticas, *performances* e obras virtuais. Todas as iniciativas destinadas a um público intergeracional.

Aqui, um pouco do muito que receberemos ao longo de 2025 nas unidades Sesc RJ por meio do Pulsar.

TEATRO



Foto: Bob Sousa

JACINTA

13/03 a 06/04/2025 – Quinta a domingo – 19h
Sesc Copacabana

Sinopse: A peça é baseada no caso real de Jacinta Maria de Santana, mulher negra brasileira que, após sua morte, teve o corpo embalsamado e exposto como curiosidade científica, sendo usado em trotes estudantis por quase trinta anos na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na cidade de São Paulo. O espetáculo integra o projeto "Trilogia do Resgate", da Companhia do Pássaro, que pretende resgatar do apagamento personalidades históricas com trajetórias emblemáticas no Brasil.



Foto: divulgação

AS CORES DA AMÉRICA LATINA

13/03 a 23/03/2025 – Quinta a domingo – 20h30
Sesc Copacabana

Sinopse: O espetáculo tem como norte a corporeidade de três manifestações latino-americanas, que são: a Fiesta de la Tirana (CHI), Huaconada (PER) e Cavalo-Marinho (BRA), em intersecção com a dança e o teatro. A visualidade da obra faz uso de cores vibrantes e seis máscaras de "Fofão", personagem do carnaval maranhense (BRA), que completam a estética das personas. A obra apresenta, de forma não linear, a história do último Fofão como metáfora ao esquecimento que as tradições latino-americanas atravessam.



Foto: Fabio Salles

DO QUE SÃO FEITAS AS ESTRELAS

15/03 a 13/04/2025 – Sábado e domingo – 16h
Sesc Tijuca

Sinopse: Em "Do que são feitas as estrelas?" a vida da astrônoma inglesa Cecilia Payne, cientista que descobriu a composição das estrelas, se transforma em uma aventura intergaláctica em que a Guerreira Ceci, uma menina encafifada com o universo dos porquês, deverá enfrentar intrigas e batalhas, trapagens e chantagens, tempestades e brigas com seres intergalácticos para se tornar uma exploradora cósmica. A narrativa, que acompanha o crescimento de Ceci até se tornar uma das astrônomas mais importantes da história, enfrenta com poesia a ideia antiga de que "tem coisa que não é para menina" e incentiva garotas (e também garotos) a serem quem são e seguirem seus sonhos.



Foto: divulgação

CABEÇA DE YORICK

27/03 a 20/04/2025 – Quinta a domingo – 20h30
Sesc Copacabana

Sinopse: Na mais famosa tragédia de Shakespeare, Hamlet, a única cena cômica é a dos coveiros. Hamlet empunha caveiras nas mãos e se depara com a de Yorick, que foi o bobo da corte e alegrou sua infância. A imagem que mais representa a tragédia do velho bardo é de Hamlet com a caveira erguida. Ou seja, o momento da tragédia que ficou imortalizado no imaginário é exatamente aquele no qual a comédia está destacada pela tragédia. Nesse espetáculo, buscamos uma inversão, levantando imagens trágicas dentro do ambiente cômico.

MÚSICA



Foto: Ana Oliveira

RITA BENNEDITTO EM TECNOMACUMBA

Sinopse: "Tecnomacumba", o icônico show de Rita Benneditto, celebra 20 anos de resistência, unindo espiritualidade e cultura contra o racismo religioso, numa festa que transcende fronteiras e conecta gerações, marcando a vitalidade pulsante da diversidade musical brasileira.

Sesc Madureira – 15/3

Sesc Ramos – 20/3

Sesc Teresópolis – 29/3

Sesc São Gonçalo – 1º/8

Sesc Barra Mansa – 8/8

Sesc Copacabana – 12/8

Centro Cultural Sesc Quitandinha – 22/8

Sesc Niterói – 29/8



Foto: Pedro Miceli

Sesc São João de Meriti – 15/3
Sesc Barra Mansa – 4/4
Centro Cultural Sesc Quitandinha – 19/4
Sesc São Gonçalo – 25/4
Sesc Nova Iguaçu – 16/5
Sesc Campos – 30/5
Sesc Tijuca – 1º/7

OS GAROTIN DE SG

Sinopse: O trio “Os Garotin”, cria da cidade de São Gonçalo, é uma grande promessa na cena musical autoral. Composta por Anchiety, Cupertino e Leo Guima, a banda traz talento, referências e estética que exaltam a nova música soul brasileira em diálogo com o rap, R&B, MPB e a black music. A nova turnê “Os Garotin de SG” é inspirada nos bailes blacks dos anos 70 e 80, atualizando essa estética para celebrar o percurso da música soul no Brasil e explorar a potência artística desse movimento para a cena musical nacional hoje.

Com repertório totalmente autoral, o show mistura composições do novo álbum “Os Garotin de São Gonçalo” ao lado de antigos sucessos da banda, proporcionando uma festa com humor e muito swing, onde o público é convidado a dançar e cantar, celebrando a música soul brasileira em um grande baile black.

O trio vem se destacando nas performances ao vivo, nas plataformas de áudio e nas redes sociais, em que acumulam mais de 100 mil seguidores e vídeos que somam mais de 5 milhões de views. Devido ao sucesso do EP “Os Garotin Session”, o trio foi finalista na edição de 2023 do Prêmio Multishow, indicados na categoria Brasil, além de terem lançado o single “Nossa Resenha” junto com Caetano Veloso, em janeiro de 2024.

LITERATURA



Foto: divulgação

Sesc Ramos – 8/3
 Sesc Campos – 16/3
 Sesc Teresópolis – 23/3
 Sesc São João de Meriti – 30/3
 Teatro Sesc Valença – 5/4
 Sesc Barra Mansa – 6/4
 Sesc Duque de Caxias – 19/4
 Sesc Quitandinha – 20/4
 Sesc Niterói – 26/4
 Sesc Grussaí – 27/4

CONTOS DE ORI

Sinopse: Como o universo foi criado? Qual o melhor material para se criar um ser humano? Por que precisamos ouvir histórias? Como elas vieram parar aqui no Brasil? É verdade que existe um ser que mora no fundo do oceano? Para cada uma dessas perguntas e tantas outras, existem muitos modos de responder. As culturas africanas enredam uma trama de contos e mitos que nos mostram sua maneira peculiar de compreender a vida. Em “Contos de Ori”, Tatiana Henrique e Hebert Said entremeiam materiais simples, como terra, argila, água, feijão, às narrativas iorubano-brasileiras, repletas de deidades que amam, trabalham, dançam e riem, como nós, seres humanos, os orixás.



Foto: divulgação

Espaço Arte Sesc – 1º/5
 Sesc Madureira I – 2/5
 Sesc Tijuca – 8/5
 Sesc Barra Mansa – 15/5
 Sesc Quitandinha – 22/5
 Sesc Grussaí – 29/5

O FUNDO DO OLHO DO TRABALHADOR

Sinopse: O fundo do olho de um trabalhador não é poema, é cansaço. Nessa intervenção literária, os performers Laís Efstathiadis, Rosa Paiva e Caê Prandini trazem improvisos poéticos em um percurso itinerante, refletindo sobre a relação entre memória, território e pertencimento a partir da perspectiva plural dos trabalhadores que constroem, limpam, transportam, amamentam e alimentam a cidade, expondo as condições precárias de trabalhos invisibilizados e a exaustão generalizada do trabalhador.



Foto: divulgação

QUEM DESCOBRIU O AZUL ANIL?

Sinopse: Quando as palavras se transformam em notas de sentimentos profundos e a poesia ganha vida através da voz, surge um espetáculo único capaz de tocar as almas mais sensíveis. É com grande entusiasmo que apresentamos o recital "Quem descobriu o azul anil", um encontro entre as palavras eternas do poeta pernambucano Miró da Muribeca e a emocionante interpretação do poeta David Biriguy.

Unindo tradição e contemporaneidade, "Quem descobriu o azul anil" oferece uma experiência única a todos que apreciam a arte das palavras. Esse recital é um convite para se perder nas cores e nos matizes das emoções humanas, guiados pelo compasso das estrofes e pela melodia da voz. Prepare-se para embarcar em uma jornada poética que transcende o tempo e mergulha no âmago da existência. Em "Quem descobriu o azul anil", Miró da Muribeca e David Biriguy nos convidam a redescobrir a beleza que reside na poesia e a explorar as infinitas tonalidades do coração humano.

Sesc Teresópolis – 20/6

Sesc Nova Friburgo – 21/6

Sesc São João de Meriti – 28/6

Sesc Barra Mansa – 4/7

Sesc Nova Iguaçu – 5/7

Sesc Campos – 11/7

Sesc Ramos – 16/7

Sesc Niterói – 18/7

Sesc São Gonçalo – 26/7

Sesc Grussaí – 27/7



Foto: divulgação

Sesc Copacabana – 2/4

Sesc Ramos – 10/4

Sesc Campos – 11/4

Sesc Grussaí – 12/4

Sesc São João de Meriti – 2/5

Sesc São Gonçalo – 3/5

Sesc Teresópolis – 30/5

Sesc Nova Friburgo – 31/5

QUARTO: POEMAS DOMÉSTICOS E ARQUEOLÓGICOS

Sinopse: “quarto: poemas domésticos e arqueológicos” é um projeto de lançamento de livro que consiste em uma apresentação literária, com show poético e em uma palestra sobre o livro “quarto: poemas domésticos e arqueológicos”, do multiartista Igor Sarapuí, e sobre a composição de músicas e de poemas.

O show poético consiste na leitura de poemas e na interpretação de canções autorais de Igor Sarapuí. O proponente realizará a interpretação de canções no modelo voz e violão, e o seu repertório será composto de poemas musicados do livro em lançamento e de outras canções autorais. O show será entremeado com a leitura de poemas do livro em lançamento.

Ao final da apresentação artística, será realizada a palestra pelo proponente. Nela, serão discutidas as particularidades da composição de canções a partir de poemas, as influências da obra literária e musical de Igor Sarapuí – passando pela poesia das obras musicais populares, como as letras dos sambas do Grupo Fundo de Quintal, de Arlindo Cruz, Gilberto Gil, Djavan; pela poesia de Paulina Chiziane, Adélia Prado, Augusto dos Anjos, entre outros – e a conexão entre a palavra escrita e a palavra falada na poesia e na música.

**PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO
DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO | FECOMÉRCIO RJ**

Antonio Florencio de Queiroz Junior

DIRETORA REGIONAL

Regina Pinho

DIRETORA DE PROGRAMAS SOCIAIS

Regina Pinho

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Luiz Assumpção Paranhos Velloso Junior

DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA

Fabio Soares

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Heber Moura

GERÊNCIA DE CULTURA

Christine Braga | **Gerente**

Fabiana Vilar | **Coordenadora Técnica**

Moisés Nascimento | **Analista de Literatura**



SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC

Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro

Rua Marquês de Abrantes, 99 – Flamengo

CONSELHO REGIONAL DO SESC DO RIO DE JANEIRO

Presidente: Antonio Florencio de Queiroz Junior

Diretora Regional: Regina Pinho

Conselheiros:

Alberto Machado Soares, Alex Bolsas, Andréa Marques Valença, Antonio Lopes Caetano Lourenço, Bráulio Rezende Filho, Flávio Luis Vieira Souza, Germano de Freitas Melro Valente, Guilherme Braga Pires Neto, Igor Edelstein de Oliveira, José Anibal dos Prazeres, José Essiomar Gomes da Silva, José Jorge Ribeiro Gomes, Luiz Edmundo Quintanilha de Barros, Napoleão Pereira Velloso, Natan Schiper, Oswaldo Luis Cordeiro Teles, Pedro José Maria Fernandes Wahmann, Sérgio Neto Claro

**REPRESENTANTES DO CONSELHO REGIONAL
JUNTO AO CONSELHO NACIONAL**

Antonio Florencio de Queiroz Junior, Natan Schiper, Pedro José Maria Fernandes Wahmann

Paquetá – revista das artes é uma publicação semestral guiada pelo desejo de ser uma porta aberta para os bons ventos da criação, do diálogo entre as artes, as culturas, os saberes e da crítica como força motriz para a afirmação de que não há senão beleza nas diferenças.

Ligada ao projeto **Palavra Líquida**, do programa Cultura, do Sesc RJ, a revista tem como propósito trazer para o espaço público um lugar de fruição artística, mas também de debate e de discussão de ideias. O contemporâneo, em seus vários rostos, aponta para a necessidade de reafirmarmos o lugar do pensamento, bem como da valorização do saber, portas essenciais para a transformação de mundo e de pessoas.

De circulação acessível, a revista está disponível tanto virtualmente quanto no impresso. Ela pode ser retirada em uma das muitas unidades do Sesc RJ, espalhadas pelo Rio de Janeiro, ou lida diretamente no portal institucional. Cada edição parte de um conceito, uma palavra-tema catalisadora, que aglutina as variadas colaborações que temos recebido por meio dos projetos estratégicos do programa Cultura. Celebramos a diversidade de ideias, linguagens, pontos de vista e conceitos, cultivando um ambiente inclusivo onde todas as vozes são valorizadas.

É uma alegria receber vocês em nossa ilha, fiquem à vontade!

Uma publicação do projeto



©Sesc RJ, 2025 ISSN 3085-6728

Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei n. 9.610, de 19/02/1998.

Os textos assinados são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da revista.



PAQUETÁ – revista das artes

Moisés Nascimento | **Coordenador Editorial**
Luiza Miguez | **Editora-Chefe**

Curadoria e Produção Editorial

Adriano Rocha
Angelica Eichner
Camila Nunes
Felipe Capello
Luiza Miguez
Mariclêa Soares
Marília Gorito
Moisés Nascimento
Nério Junior
Raquel Mascarenhas
Sâmela Machado
Vicente Costa

Projeto Gráfico e Diagramação

Rodrigo Cabido

Revisão

Vanice Araújo

Impressão

Rona Editora

paquetã

revista das artes

Uma publicação do projeto



www.sescrj.org.br